

Caderno

1

COLETÂNEA
SABERES  SOCIOBIO

Financiamento em Ciências, Inovação e Tecnologias da Sociobiodiversidade: *o que temos e o que queremos?*

CO-AUTORES

Chicoepab Surui Dias
Danilo Nelson Santos Miranda
Lúcia Tereza Ribeiro do Rosário
Dionatas Ulises de Oliveira Meneguetti

FACILITADORA: Luciana Villa Nova



 **tricto
ensu**
Editora



Ficha Técnica - Caderno 1



FICHA TÉCNICA DA PUBLICAÇÃO

Revisão Técnica - Floriana Breyer, Luciana Villa Nova, Simone Athayde

Coordenação Editorial - Floriana Breyer

Revisão de Texto - Felipe Schmidt Fonseca

Editoração, Projeto Gráfico e Diagramação - Felipe Lobo

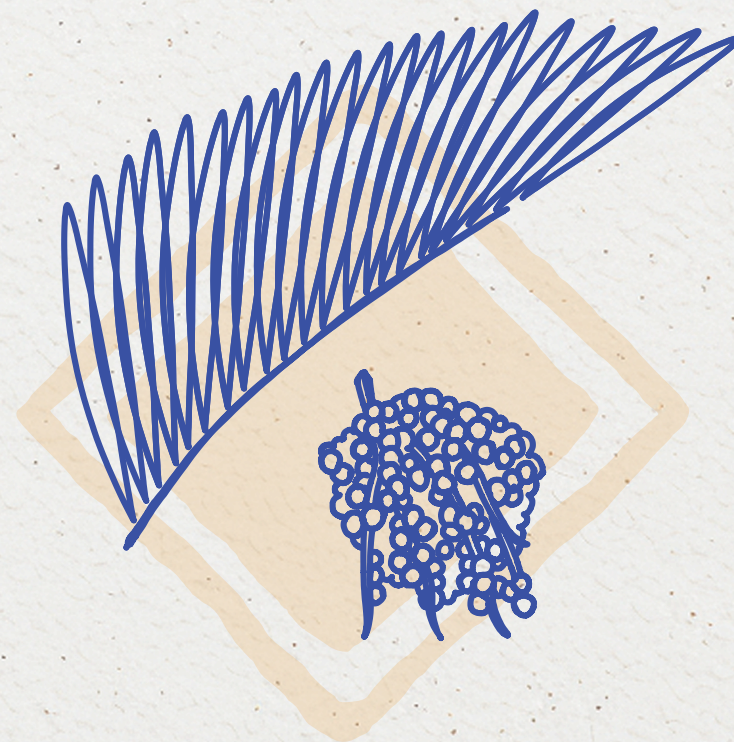
Ilustrações - Felipe Lobo e Frederico Pardini

REFERÊNCIA PARA LISTA BIBLIOGRÁFICA

DIAS, Chicoepab Suruí; MIRANDA, Danilo Nelson Santos; MENEGUETTI, Dionatas Ulises de Oliveira; ROSÁRIO, Lúcia Tereza Ribeiro do; VILLA NOVA, Luciana. **Coletânea Saberes Sociobio – Caderno 1: Financiamento em Ciências, Inovação e Tecnologias da Sociobiodiversidade: o que temos e o que queremos**. 1. ed. São Paulo: Stricto Sensu, 2025..

ISBN 978-65-80261-53-6

DOI: 10.35170/ss.ed.9786580261536.





Créditos gerais - Saberes Sociobio



A Iniciativa Saberes Sociobio é uma iniciativa colaborativa que articula lideranças indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, acadêmicas e institucionais da Amazônia, promovendo o diálogo entre saberes tradicionais e científicos para o fortalecimento de sociobioeconomias justas, inclusivas e inovadoras.

CÍRCULO DE CONHECIMENTO

Amanda Rayana Silva Santos

Ribeirinha Marajoara, Muaná (PA)

André Fernando Baniwa

Povo Baniwa – São Gabriel da Cachoeira (AM) |
Secretaria de Saúde Indígena / Ministério da
Saúde / Universidade de Brasília (UnB)

Carlos Nobre

Painel Científico pela Amazônia (SPA) | AMIT

Chicoepab Suruí Dias

Povo Paiter Suruí (RO) | Centro Cultural
Indígena Paiter Wagôh Pakob | Doutor em
Ciências Humanas pela Universidade Federal do
Rio de Janeiro (UFRJ/IFCS)

Danilo Nelson Santos Miranda

Comunidade Jauara-Aurora do Pará/ Vice-
Presidente da Associação Quilombola de
Agricultores e produtores rurais do rio
capim(AQAPRIC) | Mestrando da Universidade
de Brasília (UnB) / Movimento
Afrodescendente do Pará (Mocambo)

Dionatas Ulises de Oliveira Meneguetti

Universidade Federal do Acre (UFAC)

Elizângela da Silva Costa

Povo Baré – São Gabriel da Cachoeira (AM)
Doutoranda da Faculdade de Saúde Pública –
Universidade de São Paulo (USP)

Elizeth Marques de Souza

Comunidade Ribeirinha de Ajó – Cametá (PA) |
Rede Jirau de Agroecologia

Floriana Breyer

IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas /
BiodiversasLab

Jéssica Martins de Albuquerque

Comunidade Quilombola Lajeado – Dianópolis
(TO) | CONAQ / COEQTO

Josiane dos Santos Carmo

Comunidade Quilombola Serrinha (AM) |
Movimento de Mulheres Quilombolas da
Amazônia

Lúcia Tereza Ribeiro do Rosário

Instituto Internacional de Educação do Brasil
(IEB) | Mestra em Desenvolvimento Regional
pela Universidade Federal do Amapá (Unifap)

Luciana Villa Nova

Painel Científico para a Amazônia(SPA) |
Mangará Eco Inovação e Sustentabilidade

Luiz Ricardo Marinello

Marinello Advogados

Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves

Universidade Federal do Amazonas (UFAM) |
Grupo Interação

Miqueias Santos de Souza

Comunidade Vila Vitória – Reserva Extrativista
Rio Ituxi (AM) | Instituto Nacional de Pesquisas
da Amazônia (INPA) / Projeto UNESCO–LVMH
Amazônia

Ruth Helena Cristo Almeida

Universidade Federal Rural da Amazônia
(UFRA) | GERAR/CNPq

Simone Athayde

Painel Científico para a Amazônia (SPA) / World
Resources Institute (WRI)



Créditos gerais - Saberes Sociobio



CÍRCULO GESTOR

André Fernando Baniwa – Visão Estratégica
Liderança Baniwa, mestrando UNB e membro do Ministério da Saúde

Carlos Nobre – Diretor Estratégico
Climatólogo, Instituto de Estudos Avançados da USP / Instituto Amazônia 4.0; Co-Presidente do Painel Científico para a Amazônia (SPA)

Floriana Breyer – Coordenadora Executiva
Artista-pesquisadora, fundadora do Biodiversas Lab e co-líder da Frente de Bioeconomia do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)

Luciana Villa Nova – Diretora Executiva
Gestora e articuladora na Mangará Inovação e Sustentabilidade; Membro do Comitê Científico do Painel Científico para a Amazônia (SPA)

Simone Athayde – Diretora Científica
Líder de Integridade em Pesquisa no World Resources Institute (WRI) e Membro do Comitê Científico do Painel Científico para a Amazônia (SPA)

Frederico Pardini – Comunicação
Mangará Eco Inovação e Sustentabilidade

Aline Paixão, Esmália Raiol e Vanessa Dias – Gestão Financeira
BIOTEC Amazônia

Catherine Magnani – Apoio Administrativo

Isabela Zilah – Apoio Comunicação

CÍRCULO CONSULTIVO

Gasodá Suruí – Superintendente Estadual dos Povos Indígenas, Governo do Estado de Rondônia

Terezinha Perna Silva – Liderança da Reserva Extrativista Verde para Sempre

Maria Daiana Figueiredo da Silva – Quilombola e Presidenta da COOPAFLORA

Adnilson de Almeida Silva – Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado), Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Alexis de Sousa Bastos – Centro de Estudos Rio Terra

André Braga Junqueira – Painel Científico para a Amazônia (SPA)

Carolina Nascimento – Vale

José Seixas Lourenço – BIOTEC Amazônia

Sérgio Augusto Oliveira Alves – BioTec-Amazônia

Guilherme Oliveira – Instituto Tecnológico Vale (ITV)

Maria das Graças Ferraz Bezerra – Instituto Tecnológico Vale (ITV)

Márcia Soares – Fundo Vale



Realização



Apoio



Parcerias Estratégicas



Parcerias Institucionais



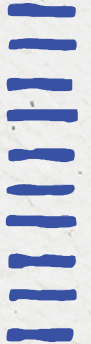


Apresentação | Saberes Sociobio: diálogos intersaberes para a promoção de sociobioeconomias inovadoras na Amazônia

A Iniciativa Saberes Sociobio nasceu em 2023, inspirada pelos debates que antecederam a Cúpula da Amazônia, realizada em Belém do Pará. Na Conferência Pan-Amazônica de Bioeconomia, representantes de Povos Indígenas, Povos Afrodescendentes (incluindo comunidades Quilombolas e outras), Comunidades ribeirinhas e extrativistas enfatizaram a invisibilidade histórica dos saberes ancestrais nos processos de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) e reivindicaram protagonismo na construção de novas economias amazônicas.

O cientista Carlos Nobre, referência internacional em mudanças climáticas, teve papel decisivo na articulação que deu origem à iniciativa. Ao lado de Luciana Villa Nova e Simone Athayde, integrantes do comitê científico do Painel Científico para a Amazônia (SPA), consolidou-se a visão de criar espaços de inovação intercultural, onde ciências ancestrais e acadêmicas possam se encontrar em condições de equidade. Somaram-se a esse time inicial Floriana Breyer, pesquisadora e co-líder da frente de Bioeconomia do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) e Luiz Ricardo Marinello, advogado especialista em inovação e repartição de benefícios, sócio do escritório Marinello Advogados. Esse grupo configurou o **Círculo Gestor**, primeiro círculo da iniciativa e núcleo articulador de um modelo de governança baseado em três círculos interdependentes: o **Círculo Gestor**, o **Círculo do Conhecimento** e o **Círculo Consultivo**. Juntos, esses círculos formam o núcleo vivo da iniciativa, sustentando a integração entre ciência e saberes tradicionais por meio de uma estrutura horizontal, colaborativa e policêntrica.





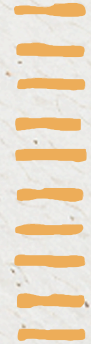
Como registramos no artigo coletivo publicado na Stanford Innovation Review Brasil (2024), “Conexões e Desafios para a Equidade entre Saberes Tradicionais e Acadêmicos nas Bioeconomias Amazônicas”, a Saberes Sociobio propõe redefinir o próprio significado de inovação na Amazônia, deslocando o foco da tecnologia isolada para as relações, reciprocidades e processos de coprodução de conhecimento. A inovação intersaberes entende que o conhecimento não se extrai nem se transfere — compartilha-se, respeitando a origem e reconhecendo os diversos sistemas de conhecimento como Ciências.

Esse posicionamento responde aos desafios contemporâneos da chamada nova bioeconomia, que só poderá florescer se for capaz de reconhecer a pluralidade dos modos de vida, de valorizar a diversidade epistemológica da Amazônia e de garantir condições equitativas de participação às populações que mantêm os ecossistemas mais preservados do planeta. A proposta da sociobioeconomia — ou das múltiplas sociobioeconomias amazônicas — emerge como alternativa ética e concreta para essa transição, fortalecendo arranjos produtivos locais e coletivos baseados no bem viver, na solidariedade e

na autodeterminação dos povos. Buscando através da união dos saberes, desvendar e alavancar o potencial dos bioativos aliado aos usos ancestrais à biotecnologia.

A abordagem metodológica Saberes Sociobio é participativa e transdisciplinar e sua governança se organiza de forma circular, em três esferas complementares. O **Círculo Gestor** coordena e integra as frentes da iniciativa; o **Círculo do Conhecimento** reúne pesquisadores e conhecedores tradicionais que protagonizam os estudos e publicações; e o **Círculo Consultivo** é formado por lideranças e especialistas que oferecem suporte técnico, ético e político. Inspirado nas filosofias ancestrais da circularidade, esse modelo substitui estruturas hierárquicas por colaboração horizontal, corresponsabilidade e escuta contínua.

Em 2024, foi realizada uma chamada pública para a conformação do Círculo do Conhecimento, buscando garantir representatividade, diversidade territorial e o protagonismo de lideranças e pesquisadores de Povos Indígenas, Povos Afrodescendentes (incluindo comunidades Quilombolas e outras), Comunidades ribeirinhas e extrativistas e de instituições acadêmicas. O processo seletivo foi conduzido





com base em critérios de transparência e equidade. Foram considerados o engajamento e a atuação no tema de diálogo e articulação de saberes para a economia da sociobiodiversidade; a experiência nos distintos elos das cadeias produtivas da sociobio e nos processos de inovação; a representatividade legitimada pelos pares; a diversidade territorial e geográfica entre os estados da Amazônia Legal; a participação em redes e movimentos ligados à ciência, inovação e desenvolvimento territorial; a disponibilidade e capacidade de articulação para mobilização e execução das atividades.

O resultado desse processo culminou na seleção de 12 representantes de diferentes regiões e origens, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e acadêmicos, entre eles: Amanda Rayana da Silva Santos; André Fernando Baniwa; Chicoepab Suruí Dias; Danilo Nelson Santos Miranda; Dionatas Ulises de Oliveira Meneguetti; Elizângela da Silva Costa Baré; Elizeth Marques de Souza Zete; Jéssica Martins de Albuquerque; Josiane dos Santos Carmo; Lúcia Tereza Ribeiro do Rosário; Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves; Miqueias Santos de Souza; e Ruth Helena Cristo Almeida. Este time, juntamente com o círculo gestor, conformou



o Círculo do Conhecimento Saberes Sociobio, que contou com apoio e mentoria do Círculo Consultivo formando um coletivo plural e transdisciplinar comprometido com o fortalecimento das Sociobioeconomias amazônicas.

Um encontro presencial em Brasília, realizado em agosto de 2024, marcou o início dos grupos de trabalho dessa construção, reunindo integrantes dos círculos para definir os eixos temáticos e as metodologias colaborativas que orientaram o trabalho coletivo. A partir desse encontro e das rodas de saberes, emergiram quatro grupos de trabalho que estruturam esta coletânea: o grupo de Diálogos Intersaberes, que aborda os desafios estruturais entre ciência acadêmica e saberes tradicionais; o de CT&I e Mecanismos de Financiamento, voltado aos caminhos para fundos e instrumentos equitativos de pesquisa; o de Justiça e Mudanças Climáticas, sobre interações de saberes para adaptação e resiliência dos territórios e comunidades; e o de Gênero, Juventude e Protocolos de Consulta, dedicado à inclusão de mulheres e jovens nos processos de consulta prévia livre e informada. Cada grupo desenvolveu seus próprios métodos, unindo revisão crítica, rodas de saberes, entrevistas e webinários — sempre buscando in-

cluir distintas vozes e dando origem às seções de perspectivas multiculturais e análise integrada de achados presentes em cada caderno.

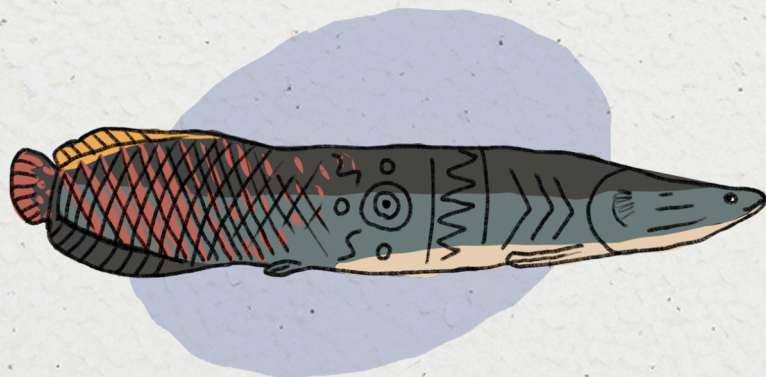
Um dos marcos de inovação deste projeto foi a equalização das bolsas de pesquisa, garantindo valorização equitativa dos saberes tradicionais e acadêmicos. Por meio da BioTec-Amazônia, foi possível viabilizar bolsas justas e compatíveis para todos os participantes, reconhecendo tanto a jornada acadêmica quanto às jornadas enraizadas nos territórios e na ancestralidade.

A contribuição da Iniciativa Saberes Sociobio é criar princípios, processos e instrumentos — conceituais, metodológicos, legais e de financiamento — que viabilizem inovação intersaberes em políticas públicas, institutos de pesquisa, organizações da sociedade civil. O resultado desta primeira jornada de cocriação de conhecimento é apresentado aqui na Coletânea Saberes Sociobio. A coletânea está organizada em quatro ca-

dernos temáticos, escritos por um coletivo transdisciplinar, multicultural e multiétnico que compõe o Círculo de Conhecimento da Iniciativa.

Cada caderno é autônomo, mas o conjunto forma um corpo integrado de reflexões e práticas voltadas à promoção de Sociobioeconomias Amazônicas — fundadas na equidade entre saberes, justiça climática e epistêmica e processos de co inovação.

Para acessar todos os cadernos, visite: www.saberessociobio.com/coletanea-abertura e, a seguir, embarque conosco no **Caderno 1: Financiamento em Ciências, Inovação e Tecnologias da Sociobiodiversidade: o que temos e o que queremos?**



Financiamento em Ciências, Inovação e Tecnologia da Sociobiodiversidade

o que temos e o que queremos?

Sumário

Sobre os autores.....	11
Lista de abreviações	12
1. Introdução.....	13
2. Metodologia.....	16
3. Perspectivas multiculturais	23
3.1. Perspectivas Indígenas.....	24
3.2. Perspectivas das Comunidades Quilombolas.....	35
3.3. Perspectivas das Comunidades Ribeirinhas e Agroextrativistas	47
3.4. Perspectivas das Universidades e Centros de Pesquisa	58
4. Análise integrada dos achados	70
5. Recomendações para ICTs, empresas e comunidades	89
6. Proposta de ação e Semente de futuro	94
7. Referências bibliográficas.....	99

Sobre os autores



Chicoepab Surui Dias

Membro Indígena do Círculo do Conhecimento da Iniciativa Saberes Sociobio. Centro Cultural Indígena Paiter Wagôh Pakob (CWP), Cacoal, Rondônia, Brasil.



Lúcia Tereza Ribeiro do Rosário

Membro Ribeirinha/Extrativista, do Círculo do Conhecimento da Iniciativa Saberes Sociobio. Consultora, atua nas áreas de articulação de políticas públicas, cadeias da sociobiodiversidade e inclusão produtiva para povos e comunidades tradicionais da Amazônia.



Luciana Villa Nova

Membro do Círculo Gestor da Iniciativa Saberes Sociobio. Diretora Executiva (Mangará Inovação e Sustentabilidade), São Paulo.



Danilo Nelson Santos Miranda

Membro Quilombola do Círculo do Conhecimento da Iniciativa Saberes Sociobio. Vice-Presidente da Associação Quilombola de Agricultores e produtores rurais do rio capim(AQAPRIC). Atua no Movimento Afrodescendente do Estado do Pará (MOCAMBO), Belém, Pará.



Dionatas Ulises de Oliveira Meneguetti

Membro da Academia do Círculo do Conhecimento da Iniciativa Saberes Sociobio. Docente da Universidade Federal do Acre (UFAC), Rio Branco, Acre, Brasil.



Lista de abreviações

A

ACOMQUISC: Associação da Comunidade Quilombola Sítio Conceição

AMIARN: Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro

ARQUIA: Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo das Ilhas de Abaetetuba

C

CGGAM: Coordenação Geral de gestão Ambiental

CLPI: Consentimento livre, prévio e informado

CNPI: Comissão Nacional de Política Indigenista

D

DMIRN: Coordenadora do Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro

DPU: Defensoria Pública Geral da União

F

FASE: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FOIRN: Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

FUNAI: Fundação Nacional dos Povos Indígenas

G

GERSAPT: Grupo de Estudos das Relações Sócios Ambientais e Povos Tradicionais

GESTERRA: Grupo de estudos Grupo de Estudo Sociedade, Território e Resistência na Amazônia

GT: Grupo de trabalho

I

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

iCMBio: Instituto Chico Mendes para conservação e Biodiversidade

M

MALUNGU: Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará

MMA: Ministério do Meio Ambiente

N

NAEA: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

O

OIT: Organização Internacional do Trabalho

P

PCD: Pessoas com Deficiência

PCPLI: Protocolo de consentimento prévio, livre e informado

PDPI: Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas

PGTAs: Plano Gestão Territorial e Ambiental

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNB: Política Nacional da Biodiversidade

PNGATI: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPTAL: Projeto Piloto de Proteção dos Povos Indígenas da Amazônia Legal

PRONERA: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

R

RESEX: Reserva Extrativista

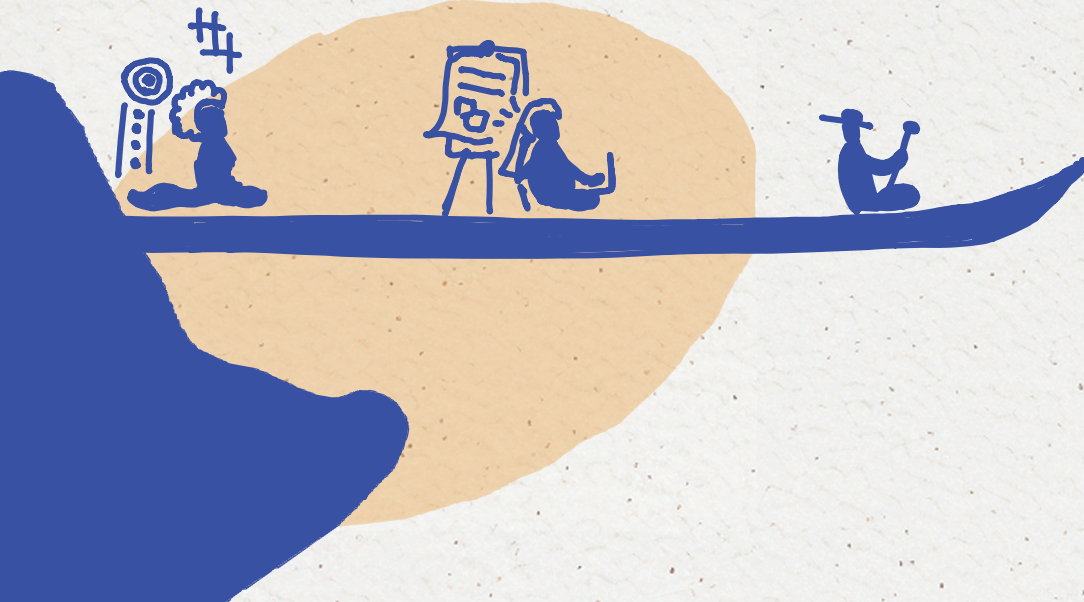
U

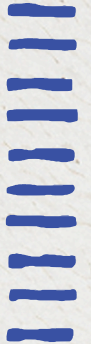
UFPA: Universidade Federal do Pará

UFRA: Universidade Federal Rural da Amazônia



1. Introdução





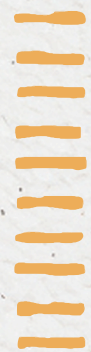
A Amazônia é a região do planeta com uma das maiores biodiversidades e imenso potencial biotecnológico, somados à riqueza cultural e de conhecimentos tradicionais. Destacam-se as áreas de produtos naturais, agroextrativismo, ecoturismo, arte e cultura, inerentes aos produtos e serviços da sociobioeconomia. Entretanto, existem significativas lacunas entre os saberes tradicionais e os saberes científicos. Em alguns poucos casos, os diálogos entre os saberes vêm se construindo a partir da interculturalidade (SILVA; ARAÚJO, 2015), enquanto em outros esses diálogos são considerados ineficientes (COLL, 2021; RODRIGUES, 2024).

De acordo com o Professor Edson Kayapó, Alertando para a importância da representatividade e participação dos povos tradicionais na interação com a academia:

*“A academia precisa muito mais dos povos indígenas do que nós, povos indígenas, da academia”
(Coll, 2021)*

Outro ponto preocupante é que muitos financiadores ainda não conseguem propor alternativas para integrar saberes tradicionais e acadêmicos. Como resultado, os recursos destinados a pesquisa não geram impacto nas comunidades, o que as distancia da pesquisa e inovação do ambiente acadêmico. Um dos motivos prováveis para isso é que os recursos são disponibilizados sem pesquisa prévia das áreas de interesse das comunidades interessadas ou consulta a pesquisadores situados.

No âmbito das instituições acadêmicas, a maioria dos editais é publicada com temática definida de forma distante das comunidades, o que obriga os pesquisadores a se adaptarem para captar e aplicar os recursos. Isso frequentemente resulta em projetos que não atendem às reais necessidades dos povos tradicionais e comunidades locais. Além disso, em muitos casos não há retorno sobre os resultados obtidos, e os recursos não são aplicados diretamente nas comunidades, o que aliena ainda mais a pesquisa de sua relevância social.

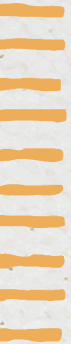


Por sua vez, os povos e comunidades indígenas, tradicionais e quilombolas que necessitam de recursos para suas ações costumam ter dificuldades e iniquidade no acesso a tais recursos, bem como no acesso à ciência produzida, e na participação de construção de ciências abertas, democráticas e inclusivas.

Neste contexto, é crucial avaliar os atuais sistemas de promoção de pesquisas voltadas para a sociobioeconomia, bem como a interação de saberes e os sistemas de financiamento existentes. Da mesma forma, é importante compreender como atuam os fundos de amparo à

pesquisa, quais suas potencialidades e desafios no amparo à promoção da sociobioeconomia e à união de saberes.

Em virtude disso, o presente estudo tem como objetivo descrever, dentro das temáticas relevantes para a promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) para a sociobioeconomia, recomendações e diretrizes para os mecanismos de investimentos, como os fundos existentes ou novos fundos de financiamento, para evolução da interação e da promoção de saberes entre os povos tradicionais e a academia.





2. Metodologia

Os procedimentos metodológicos foram organizados em seis etapas:

1. Encontro denominado “Ciclo do Conhecimento”,
2. Revisão de literatura;
3. Entrevistas,
4. Análise de Resultados,
5. Iniciativas Propostas e
6. Conclusões.

2.1. ENCONTRO CICLO DO CONHECIMENTO

Nos dias 6 e 7 de agosto de 2024, foi realizado um encontro presencial em Brasília, DF, com representantes da academia, povos indígenas, e comunidades quilombolas, extrativistas e ribeirinhas, pertencentes aos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Tocantins, selecionados para compor o Círculo do Conhecimento da Iniciativa Saberes Sociobio.

No encontro, foram realizadas dinâmicas dentro do contexto dos Diálogos de Saberes,

sendo definidos três eixos temáticos: *Ciências, Tecnologia e Inovação para a Sociobioeconomia; Mudanças e Justiça Climática; e Gênero, Juventude e Novas Linguagens*. Esses eixos originaram três Grupos de Trabalho (GTs).

No GT “Ciências, Tecnologia e Inovação para a Sociobioeconomia”, grupo do presente caderno, foram levantados os temas prioritários a serem pesquisados em estratégias de inovação intersaberes - nas áreas indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhas -, conforme especificado na lista a seguir:

Produtos Naturais: alimentos, bioinsumos, plantas medicinais, medicinas alternativas e fitoterápicos, biocosméticos, substâncias de origem animal e outros;

Técnicas sustentáveis de produção com Manejo Florestal e Agroextrativismo: agricultura tradicional, sistemas agroflorestais com plantas regionais, agroecologia, produção orgânica, sintrópica, extrativismo, criação de animais, pesca, piscicultura e aquicultura, melhoria de técnicas de produção, produtos florestais madeireiros e não madeireiros;



Arte e Cultura: preservação da religiosidade, rituais, artesanato, moda, expressão artística, culinária, e economia criativa, circular e solidária;

Ecoturismo e Turismo de Base Comunitária;

Pagamento de Serviços Ambientais (PSA) e Mercado de Carbono: protocolos de consulta, estudos de viabilização em terras indígenas, UCs, reservas extrativistas e outros, REDD+ e restauração florestal;

Mudanças Climáticas: monitoramento e prevenção de acidentes climáticos, estudos de mitigação de emissões em processos produtivos, métricas de mensuração de impacto, pesquisa de modelos para adaptação às mudanças climáticas;

Bases e princípios para viabilização da Sociobioeconomia: estudos financeiros e modelos de viabilização econômica, modais logísticos, economia indígena e de povos tradicionais, modelos de gestão, empreendedorismo de base comunitária, negócios comunitários.

Com base nessas informações, observou-se que, para atender às pesquisas, estudos e apoios à inovação nas áreas prioritárias, é necessário

um aporte financeiro significativo, e que, aparentemente, os fundos de apoio à CT&I e financeiros não estão atendendo às demandas da sociobioeconomia. A partir de então, o grupo “Ciências, Tecnologia e Inovação e tecnologias para Sociobioeconomia” iniciou um levantamento bibliográfico e pesquisa de campo com entrevistas para levantamento a respeito das demandas das populações tradicionais e academia, bem como dos mecanismos de investimento existentes e como eles atuam no diálogo entre saberes tradicionais e acadêmicos.

2.2. REVISÃO DE LITERATURA

Foi realizada uma revisão não-sistemática da literatura, com levantamentos bibliográficos científicos e em literatura cinza - em livros, artigos, normativas, protocolos, leis, sites e outros documentos. Foi realizado um mapeamento e avaliação de processos e iniciativas existentes, investigando por quais motivos elas não atendem às demandas atuais no que diz respeito ao diálogo de saberes entre a academia e os povos e comunidades tradicionais.





Foram levantados os mecanismos financeiros disponíveis para cada grupo: povos indígenas, ribeirinhos/agroextrativistas, quilombolas e academia. Neste levantamento, foram destacados os pontos fortes, o que pode ser melhorado, e quais alternativas podem ser implementadas. Para auxiliar nessa etapa, foram selecionadas algumas questões como roteiro de pesquisa:

- Quais são os fundos existentes para cada grupo estudado?
- O que eles têm de pontos fortes e a desenvolver?
- Os pontos a desenvolver: como podemos solucionar?
- Os pontos fortes, como podemos alavancar?
- Esses fundos atendem aos temas prioritários?
- Quais são as necessidades de cada grupo? Por que esses fundos existentes não estão atendendo às necessidades da academia e/ou povos e comunidades tradicionais?

Os dados da revisão de literatura serviram como base para a realização das entrevistas.

2.3. ENTREVISTAS

As entrevistas foram realizadas em outubro e novembro de 2024. O instrumento de coleta de dados utilizado foi um formulário semiestruturado contendo questões abertas e fechadas.

O questionário foi aplicado de acordo com o público entrevistado: representantes dos povos indígenas, ribeirinhos/agroextrativistas, quilombolas e academia. Também foi realizada uma entrevista coletiva com o GT de “Mudança e Justiça Climática” da Iniciativa Saberes SocioBio.

Em cada área, foram entrevistados profissionais e/ou representantes de instituições/povos/comunidades (Quadro 1). Os entrevistados foram escolhidos devido aos seus conhecimentos na área da sociobioeconomia. Esses pertencem à rede de pesquisa, colaboração e/ou relacionamento profissional dos pesquisadores, além de membros do próprio projeto Sociobio, e indicações de profissionais da área.

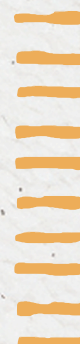


Figura 1: Instituições/Povos/Comunidades dos entrevistados

1 de 2

Público entrevistado	Nome da Instituição/Povos/Comunidades	Cidade	Estado	Quantidade de Entrevistados
Povos indígenas e seus parceiros	Pesquisador indígena da Iniciativa Saberes Sociobio, representante do Povo Baniwa.	Alto Rio Negro	Amazonas	1
	Pesquisadora indígena da Iniciativa Saberes Sociobio, representante do Povo Baré.	Alto Rio Negro	Amazonas	1
	Instituto de Pesquisas Ecológicas/Fundo Lira.	Brasília	Distrito Federal	1
	Impact Bank/Parceiro do Fundo Indígena do Rio Negro, São Paulo, São Paulo.	São Paulo	São Paulo	1
	Fundo Indígena Rutî.	Boa Vista	Roraima	1
	Liderança Indígena do Povo Bakairi.	Nobres	Mato Grosso	1
	Fundo Indígena da Amazônia Brasileira (Podáali).	Manaus,	Amazonas	1
	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO).	Brasília	Distrito Federal	1
Comunidades extrativistas e ribeirinhos e seus parceiros	Coletivo de mulheres da Comunidade São José do Rio Maniva.	Afuá (Marajó)	Pará	1
	Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Rio Acuti-Pereira (ATAA).	Portel (Marajó)	Pará	1
	Membro do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)/Escola Família do Carvão.	Mazagão	Amapá	1
	Associação das Mulheres Produtoras Agroextrativistas da Foz do Rio Mazagão Velho (AMPAFOZ).	Mazagão	Amapá	1
Comunidades Quilombolas e seus parceiros	Associação de remanescentes quilombolas do Rio Capim (ARQUIRQ).	Aurora do Pará	Pará	2
	Associação de remanescentes de quilombo da comunidade Arapucu (ARQUICA).	Óbidos	Pará	1
	Coletivo de Juventude (CONAQ).	Brasília	Distrito Federal	1



Quadro 1: Instituições/Povos/Comunidades dos entrevistados

2 de 2

Público entrevistado	Nome da Instituição/Povos/Comunidades	Cidade	Estado	Quantidade de Entrevistados
Academia e seus parceiros	Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).	Tomé-Açu	Pará	1
	Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).	Belém	Pará	1
	Universidade Federal do Acre (UFAC).	Rio Branco	Acre	3
	Universidade Federal do Amazonas (UFAM).	Manaus	Amazonas	1
	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO).	Rio Branco	Acre	1
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.	Porto Velho	Rondônia	1
GT de “Mudança e Justiça Climática	Universidade Federal do Amazonas (UFAM).	Manaus	Amazonas	1
	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).	Manaus	Amazonas	1
	Pesquisadora quilombola da Iniciativa Saberes Sociobio, da comunidade Quilombo Lajeado.	Lajeado	Tocantins	1
	Pesquisadora quilombola da Iniciativa Saberes Sociobio, da comunidade Quilombola Serrinha, Alto Trombetas.	Oriximiná	Pará	1
Instituições de Fomento	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Acre (FAPAC).	Rio Branco	Acre	1
	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rondônia (FAPERO).	Porto Velho	Rondônia	1
	Impact Bank	São Paulo	São Paulo	1
	Consultor do Programa ProAmbiente/MMA	Belém	Pará	1
Total de Entrevistados				32





Do total dos entrevistados, 26 (81,25%) residem na Amazônia e 6 (18,75%) fora da Amazônia. Entre eles, 14 (43,75%) são membros de comunidades tradicionais, 9 (28,12%) da academia e 9 (28,12%) de agências de fomento e fundos.

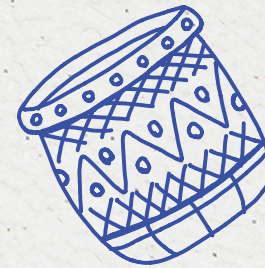
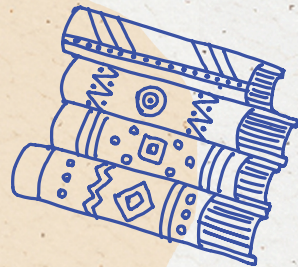
2.3.1. Aspectos éticos

Os entrevistados receberam explicações sobre os objetivos da pesquisa e foram convidados a participar. Um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi assinado por cada participante e pelos pesquisadores. Os nomes dos indivíduos permaneceram em anonimato, oferecendo a opção voluntária de citação nominal no caso de uso posterior de trechos das entrevistas. Desta forma, todos os nomes mencionados ao longo do caderno foram autorizados. Após a assinatura do TCLE, foi preenchido o instrumento de coleta de dados. Vale mencionar que os pesquisadores realizaram a aplicação do questionário sem intenção de induzir qualquer resposta.





3. Perspectivas multiculturais





3.1. PERSPECTIVAS INDÍGENAS

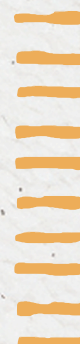
Segundo o Censo Demográfico de 2022, o Brasil possui cerca de 1,7 milhão de indígenas, dos quais 51,25% vivem na Amazônia Legal (IBGE, 2023).

« A SOCIOBIOECONOMIA DA REGIÃO DEPENDE DA INTEGRAÇÃO ENTRE CONHECIMENTO TRADICIONAL E CIENTÍFICO, UNINDO DIVERSIDADE CULTURAL, CRESCIMENTO ECONÔMICO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL. NO ENTANTO, COLABORAÇÃO DESSE TIPO EXIGE PARCERIAS EQUITATIVAS, RESPEITO AOS DIREITOS INDÍGENAS E PARTICIPAÇÃO AUTODETERMINADA DAS COMUNIDADES PARA GARANTIR UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ÉTICO. »

3.1.1. Mecanismos de financiamento a projetos em terras indígenas

Na Amazônia Legal, mecanismos de financiamento - como o Fundo Amazônia e doadores direcionados - apoiam projetos indígenas voltados ao desenvolvimento sustentável, à proteção e preservação ambiental e cultural, além do fortalecimento da autonomia e governança. Tais recursos promovem a conservação das terras indígenas, fortalecem as comunidades, e incentivam práticas sustentáveis que equilibram preservação ambiental e desenvolvimento econômico nas comunidades.

As economias indígenas são singulares e estão intimamente ligadas a seus contextos sociais, culturais e ambientais. Elas se organizam em torno de dinâmicas sociais que determinam o tempo e a natureza das atividades econômicas, frequentemente sincronizadas com calendários sociais e cerimônias que fortalecem os laços comunitários. Essas economias vão além da mera sobrevivência física, abrangendo também dimensões educacionais, espirituais e morais (LUCIANO, 2006b).





As economias indígenas equilibram tradições e demandas contemporâneas, baseando-se na reciprocidade e solidariedade. No entanto, enfrentam desafios externos e ambientais que podem impactar seus valores culturais. Sua resiliência depende de organizações comunitárias fortes, que assegurem a continuidade das práticas econômicas.

A integração do conhecimento indígena tradicional com práticas acadêmicas e de desenvolvimento sustentável na Amazônia exige o reconhecimento das epistemologias indígenas e sua relação com os ecossistemas locais. Essa colaboração deve ocorrer com respeito mútuo, diálogo aberto e participação ativa dos indígenas em todas as etapas da pesquisa, garantindo a valorização e preservação de seus saberes. Além disso, o reconhecimento formal desse conhecimento em publicações e sua proteção intelectual são fundamentais para evitar apropriações indevidas e fortalecer o protagonismo indígena.

A colaboração intercultural entre comunidades indígenas e acadêmicas fortalece o intercâmbio de conhecimento, promovendo estratégias de

desenvolvimento mais inclusivas. Além disso, a participação dos povos indígenas na formulação de políticas é essencial para garantir o respeito aos seus direitos. Embora a Constituição de 1988 reconheça essas garantias, sua efetivação depende do envolvimento ativo das comunidades.

O etnodesenvolvimento adapta estratégias às realidades culturais indígenas, promovendo práticas sustentáveis e inovação dentro de suas tradições. A capacitação e a educação são fundamentais para fortalecer essas comunidades, garantindo a valorização do conhecimento tradicional e sua integração com práticas contemporâneas de sustentabilidade (LITTLE, 2005).

Mecanismos de financiamento mapeados: *Mecanismos liderados por Povos Indígenas e suas Instituições e Mecanismos liderados por Instituições não-governamentais da sociedade civil organizada que apoiam Povos Indígenas.*



3.1.1.1. Mecanismos liderados por Povos Indígenas e suas Instituições

Fundo Indígena da Amazônia Brasileira (Podáali), primeiro mecanismo financeiro da Amazônia Legal criado, gerido e destinado exclusivamente por e para indígenas. Seu objetivo é apoiar projetos em gestão e proteção territorial, economia sustentável, soberania alimentar, fortalecimento institucional, direitos indígenas, educação e formação profissional (PODÁALI, 2024).

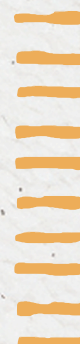
Segundo entrevista concedida por representante do Fundo Podáali, as áreas prioritárias são definidas por um modelo de governança participativa, alinhado às diretrizes da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Esse processo inclusivo assegura que as decisões atendam às necessidades das comunidades, promovendo sustentabilidade e fortalecimento institucional.

Fundo Indígena do Rio Negro (FIRN), criado pela Federação das Organizações Indígenas

do Rio Negro (FOIRN), fortalece associações indígenas e valoriza os saberes tradicionais dos povos do Rio Negro. Ele apoia projetos comunitários alinhados com os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) das terras indígenas do Alto e Médio Rio Negro (FIRN, s.d.).

As iniciativas financiadas pelo FIRN têm sido essenciais para a recuperação cultural, como a retomada do cultivo do carajuru por mulheres do Alto Rio Negro e a transmissão de saberes por meio do “dabukuri” - uma expressiva cerimônia tradicional e intercomunitária onde aldeias distintas se encontram para celebrar com danças e trocar presentes. - fortalecendo a identidade e a sustentabilidade das comunidades indígenas (entrevista concedida por assessor do FIRN, em 2024).

O Fundo Indígena Rutî, criado pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR), promove o desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas, garantindo segurança alimentar e qualidade de vida. Ele apoia iniciativas em bovinocultura, agricultura e manejo de recursos naturais, fortalecendo a autonomia cultural, econômica e social dos povos indígenas (CIR, s.d.).



Com um modelo de cogestão com o CIR, os editais do fundo permitem a participação direta das comunidades sem exigência de personalidade jurídica, garantindo insumos sem repasse direto de recursos. Valorizando os conhecimentos tradicionais, o Fundo Rutî integra práticas ancestrais à sociobioeconomia, respeitando e fortalecendo os modos de vida indígenas (entrevista concedida por Josimara Baré, em 2024)

O Fundo Jaguatá, lançado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), fortalece a autonomia e resiliência dos povos indígenas. Integrado à Plataforma Shandia, atua em duas frentes: financiamento direto de ações alinhadas aos seus objetivos e articulação política internacional para conectar doadores ao ecossistema de fundos indígenas, sem intermediação financeira, pois conecta doadores diretamente aos fundos indígenas, sem que a APIB receba ou repasse os recursos.

O Fundo Jaguatá também conta com a colaboração de outros fundos indígenas, como o já citado Fundo Podáali, que oferece suporte téc-

nico e financeiro para a criação dos Fundos Jaguatá e Maracá, fortalecendo redes e promovendo objetivos comuns (APIB, 2024).

3.1.1.2. Mecanismos liderados por Instituições não-governamentais da sociedade civil organizada que apoiam Povos Indígenas

No artigo "Social Investment Funds and Indigenous Peoples", Renshaw (2001) analisa dois tipos de fundos financeiros para comunidades indígenas: os fundos inclusivos, que as integram em programas sociais mais amplos, e os exclusivos, voltados a necessidades específicas dessas populações. O autor destaca a importância de considerar o isolamento geográfico, a exclusão social e fatores culturais, além de fortalecer as organizações indígenas para melhorar o acesso e o uso dos recursos. As estruturas financeiras eficazes devem ser flexíveis, culturalmente adequadas e sustentáveis, promovendo a autodeterminação e a equidade econômica. No entanto, desafios como desigualdades sistêmicas e injustiças históricas ainda limitam a eficácia des-





ses fundos, exigindo uma abordagem mais abrangente que enfrente essas barreiras e promova mudanças estruturais.

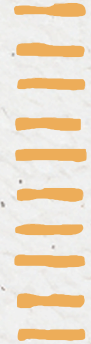
Alguns exemplos de fundos que apoiam Povos Indígenas:

Fundo LIRA, criado pelo IPÊ (Instituto de Pesquisas Ecológicas), promove a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Apóia 59 áreas protegidas, incluindo 29 Terras Indígenas e 30 Unidades de Conservação, por meio de assistência financeira e técnica (IPÊ, s.d.).

Focado em bioeconomia, gestão territorial e monitoramento ambiental, o fundo fortalece a autonomia das comunidades, garantindo acesso a recursos e valorizando o conhecimento tradicional. Com editais acessíveis e monitoramento participativo, sua estrutura prioriza a escuta ativa e o protagonismo local, assegurando impacto real e sustentável (entrevista concedida por Ne-luce Soares, em 2024).

Fundo Brasil - organização que atua na promoção dos direitos humanos e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária no Brasil. Ele apoia projetos sociais que enfrentam violações de direitos, com foco em grupos vulneráveis como mulheres, indígenas, quilombolas, LGBTQIAP+ e população negra. O Fundo financia iniciativas de combate à discriminação e à violência, promovendo a justiça socioambiental e a equidade racial (FUNDO BRASIL, s.d.). Exemplos incluem projetos de preservação cultural, autonomia e proteção territorial das comunidades indígenas, para povos como o Guarani Mbya, Kaingang e os Paiter Suruí. Esses projetos são implementados por organizações indígenas locais, que recebem suporte para promover seus direitos e conservar suas terras e tradições.

FUNBIO (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade) é uma organização sem fins lucrativos que apoia a conservação da biodiversidade no Brasil, gerenciando fundos e editais para projetos ambientais, incluindo iniciativas em terras





indígenas. Atua em parceria com governo, setor privado e ONGs, promovendo soluções financeiras para a sustentabilidade (FUNBIO, s.d.).

A definição das áreas prioritárias ocorre por meio da destinação de recursos e consultas a organizações locais. O FUNBIO valoriza e incentiva a preservação dos conhecimentos tradicionais, promovendo sua recuperação e aplicação em projetos de sociobioeconomia (entrevista concedida por Dante Novaes, em 2024).

FLD - A Fundação Luterana de Diaconia é uma entidade que promove a justiça social, econômica, ambiental e de gênero, por meio de ações de apoio a projetos comunitários e iniciativas voltadas para a defesa de direitos. A FLD trabalha com diversos segmentos da sociedade, com foco em povos indígenas, comunidades quilombolas, mulheres, juventude e agricultura familiar. Ela articula ações e recursos para fortalecer práticas de sustentabilidade e inclusão social. A fundação apoia organizações indígenas em



Rondônia, sul do Amazonas, Mato Grosso do Sul e no sul do Brasil, oferecendo suporte jurídico para demarcação de terras e incentivando o protagonismo indígena, especialmente entre as mulheres. Entre as comunidades beneficiadas estão os povos Kaingang, Laklãnõ-Xokleng, Guarani Mbya, Guarani Kaiowá, Paiter Suruí, além de diversas etnias amazônicas (FLD, s.d.).

FNS - O Fundo Nacional de Solidariedade, coordenado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), apoia projetos que promovem a justiça social e o desenvolvimento sustentável. Ele é alimentado principalmente pelas doações arrecadadas durante a Campanha da Fraternidade, e os recursos são direcionados para iniciativas que buscam a superação da pobreza e exclusão social em diversas áreas, como saúde, educação, geração de renda e direitos humanos. Entre as iniciativas apoiadas está o Centro Cultural Indígena Paiter Wagôh Pakob, em Rondônia, que fortalece a cultura e gera renda por meio





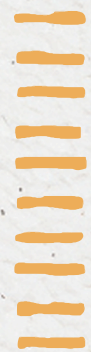
de uma cozinha comunitária e da agricultura tradicional (CNBB, s.d.).

3.1.2. Aspectos positivos e os desafios dos mecanismos financeiros para povos indígenas

O apoio às comunidades indígenas na Amazônia demanda avanços em mecanismos financeiros apropriados e soluções aos seus desafios em particular. A participante Josimara Baré destaca a criação de fundos indígenas como um marco importante, promovendo a autonomia das comunidades e garantindo que os recursos cheguem a quem mais precisa (entrevista concedida, em 2024). Esses fundos possibilitam o financiamento de projetos que promovem alternativas econômicas, como agricultura sustentável e gestão de recursos naturais, fortalecendo a autossuficiência e preservando a identidade cultural. Além disso, o envolvimento com diversos atores, como ONGs e agências governamentais, pode ampliar a compreensão das necessidades indígenas (LUCIANO, 2006a). Projetos de etnodesenvolvimento ajudam na recuperação da autoestima e na afirmação dos direitos indígenas. A preservação dos sa-

beres tradicionais é essencial para o sucesso dos projetos de sociobioeconomia, com o Fundo Po-dáli valorizando esses conhecimentos na prática (entrevista concedida por Cláudia Soares Baré, em 2024). Dante Novaes destaca o avanço na capacidade das organizações indígenas em gerir seus próprios projetos, representando um importante progresso na autossuficiência organizacional (entrevista concedida em 2024).

Os mecanismos financeiros destinados às comunidades indígenas enfrentam desafios como desalinhamento cultural, dependência de financiamento externo e complexidade burocrática. O desalinhamento com os valores e práticas indígenas pode gerar conflitos, enquanto a dependência financeira compromete a autonomia das comunidades (LUCIANO, 2006a). Além disso, a burocracia dificulta o acesso ao financiamento e a participação ativa dos líderes indígenas. As mudanças causadas pelo contato com a sociedade não-indígena criaram novas necessidades, como acesso a bens de consumo e transporte, que também demandam atenção. Cláudia Soares Baré destaca o desafio de garantir que os recursos cheguem de forma equitativa



a todos os territórios (entrevista concedida em 2024). Tom Cooper (2010) alerta para os riscos da dependência externa e enfatiza a necessidade de estratégias inclusivas e sustentáveis. Josimara Baré reforça a importância de fortalecer tanto os mecanismos financeiros quanto os movimentos sociais que os sustentam (entrevista concedida em 2024). Pedro Tufic aponta que as comunidades precisarão aprender conceitos financeiros modernos, o que altera seu modo de vida tradicional (entrevista concedida em 2024.). Além disso, Dante Novaes defende a criação de processos financeiros mais alinhados à realidade indígena para facilitar a execução dos projetos (entrevista concedida em 2024).

3.1.3. Demandas dos povos indígenas

Os povos indígenas da Amazônia Legal lutam pela proteção e reconhecimento de seus direitos territoriais, essenciais para sua cultura e autonomia. Apesar de avanços legais, persistem desafios devido à incompatibilidade entre suas epistemologias e os modelos econômicos institucionalmente legitimados. A defesa da terra e do

meio ambiente exige uma estrutura jurídica mais inclusiva, que valorize suas contribuições culturais e ecológicas.

3.1.3.1. Levantamento sobre o Povo Paiter Suruí

SEÇÃO COMPILADA POR CHICOEPAB SURUÍ (TI ESTADO DE RONDÔNIA), A PARTIR DA ANÁLISE DE ARTIGOS CIENTÍFICOS, PUBLICAÇÕES E ENTREVISTAS.

O povo Paiter Suruí enfrenta desafios para preservar suas tradições e governança, adaptando-se ao contato com a sociedade capitalista. Reconhecidos pelo espírito empreendedor, buscaram alternativas sustentáveis, como a produção de café e o associativismo clínico, conciliando tradição e inovação. Desde 1999, estudos e projetos focam na conservação ambiental e desenvolvimento sustentável, incluindo o pioneiro projeto indígena de venda de créditos de carbono (CARDOZO, 2012).

As transformações econômicas impactaram sua estabilidade territorial, reforçando a necessidade do diálogo intercultural e da educação como ferramenta de fortalecimento. A educa-





ção intercultural se destaca como estratégia para preservar a identidade indígena enquanto permite maior participação na sociedade (BERGAMASCHI, 2012; SURUÍ et al., 2014).

O “empreendedorismo Suruí” se manifesta na produção agrícola, artesanato e turismo, com iniciativas como o Centro Cultural Indígena Pai-ter Wagôh Pakob e um plano de turismo sustentável. No entanto, a preservação das tradições é essencial para o sucesso dessas atividades. A sociobioeconomia surge como alternativa ao modelo econômico dominante, promovendo desenvolvimento sustentável alinhado à biodiversidade e autonomia indígena. A governança indígena deve integrar conhecimento tradicional e pesquisa científica para fortalecer a gestão territorial e garantir direitos sobre a terra (CARDOZO, 2012; SETUR, 2022).

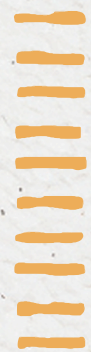
3.1.3.2. Levantamento sobre o Povo Baniwa

SEÇÃO COMPILADA POR CHICOEPAB SURUÍ A PARTIR DE ANÁLISES DE ENTREVISTA E EXPERIÊNCIAS DA LIDERANÇA ANDRÉ BANIWA (TI ESTADO DO AMAZONAS).

O povo Baniwa enfrenta desafios para preservar suas práticas ancestrais, garantindo a transmissão de saberes e a adaptação às mudanças socioeconômicas. A valorização do Sistema Agrícola Kari, a construção tradicional, a pesca, a caça e o uso sustentável de plantas medicinais são fundamentais para manter sua identidade cultural. A educação formal e tradicional, incluindo a transmissão de conhecimentos agrícolas e rituais religiosos, também desempenha um papel central (entrevista concedida por André Baniwa, em 2024).

A preservação da língua Baniwa e a integração entre conhecimentos tradicionais e científicos são desafios constantes, assim como a manutenção da coesão social. Diálogos comunitários ajudaram a superar divisões religiosas, promovendo a identidade Baniwa acima das diferenças de fé (entrevista concedida por André Baniwa, em 2024).

A sociobioeconomia surge como uma alternativa sustentável, equilibrando conservação ambiental e geração de renda. O reconhecimento de produtos tradicionais no mercado exige parcerias estratégicas com universidades e especialistas em administração, marketing e publicidade. A



institucionalização desse modelo pode fortalecer a economia local e ampliar as oportunidades para os Baniwa, integrando inovação e tradição (entrevista concedida por André Baniwa, em 2024).

3.1.3.3. Levantamento sobre o Povo Baré

SEÇÃO ELABORADA POR CHICOEPAB SURUÍ A PARTIR DE ANÁLISES DE ENTREVISTA E EXPERIÊNCIA DA LIDERANÇA ELIZÂNGELA BARÉ (TI ESTADO DO AMAZONAS).

O povo Baré busca preservar e fortalecer suas atividades tradicionais, essenciais para sua cultura, economia e sustentabilidade. O sistema agrícola tradicional, tido como seu patrimônio cultural, é conduzido principalmente por mulheres, que cultivam mandioca e produzem seus derivados, como farinha, beiju, maçoca, tapioca, maniçoba e tucupi, prática presente em oitocentas comunidades (entrevista concedida por Elizangela Baré, em 2024).

Outra demanda importante é o fortalecimento da produção artesanal, utilizando matérias-primas locais - como cipó, tucum, arumã e jastara - para confeccionar cestarias, colares e panelas, garantindo renda às famílias. No entanto, desafios climáticos afetam essas práticas, dificultando a extração de barro e a coleta de sementes usadas nos artesanatos (entrevista concedida por Elizangela Baré, em 2024).

A sociobioeconomia surge como caminho para valorizar esses saberes, conectando tradição e inovação sustentável. A captação de recursos, no entanto, ainda é um entrave, pois associações indígenas enfrentam dificuldades no acesso direto a financiamento. A criação de um fundo de sociobioeconomia poderia proporcionar maior autonomia às comunidades, permitindo geração de renda a partir de seus próprios conhecimentos e práticas sustentáveis (entrevista concedida por Elizangela Baré, em 2024).





Por fim, a busca contínua por parcerias com universidades e instituições é vista como fundamental para assegurar a continuidade dos projetos e fortalecer a economia local sem comprometer a preservação ambiental.

3.1.3.4. Levantamento sobre o Povo Bakairi

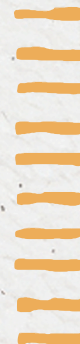
SEÇÃO ELABORADA POR CHICOEPAB SURUÍ A PARTIR DE ANÁLISES DE ENTREVISTA E EXPERIÊNCIA DA LIDERANÇA MÁRCIO BAKAIRI, (TI ESTADO DO MATO GROSSO).

O povo Bakairi enfrenta desafios para preservar e fortalecer suas práticas tradicionais, essenciais para a segurança alimentar e a sustentabilidade. A agricultura, a pesca, a caça e a coleta de pequi são atividades centrais, sendo esta última também uma fonte de renda sazonal. As roças de toco e os quintais produtivos garantem a subsistência comunitária (entrevista concedida por Márcio Bakairi, em 2024).

Entretanto, a saída dos jovens para o mercado de trabalho externo tem reduzido a participação na caça, pesca e agricultura tradicional, impactando a transmissão desses conhecimentos. Isso evidencia a necessidade de estratégias que valorizem essas práticas e promovam alternativas econômicas sustentáveis (entrevista concedida por Márcio Bakairi, em 2024).

O grafismo Bakairi, elemento cultural significativo, também enfrenta desafios de reconhecimento. Incorporá-lo em projetos de sociobioeconomia, como na confecção de roupas tradicionais, pode fortalecer a identidade cultural e gerar oportunidades econômicas (entrevista concedida por Márcio Bakairi, em 2024).

A comunidade carece de parcerias continuadas para desenvolver projetos estruturais de longo prazo. A criação de um fundo de sociobioeconomia, aliado à colaboração com universidades, pode potencializar o reconhecimento dos saberes tradicionais e promover um desenvolvi-





mento sustentável alinhado às necessidades dos Bakairi. No entanto, ainda não há planos concretos para estabelecer essas parcerias, evidenciando a necessidade de articulação futura com instituições acadêmicas (entrevista concedida por Márcio Bakairi, em 2024).

3.2. PERSPECTIVAS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

SEÇÃO ELABORADA POR DANILO MIRANDA A PARTIR DE ENTREVISTAS E EXPERIÊNCIAS DE PARTICIPANTES.

A bioeconomia é um modelo de desenvolvimento econômico que utiliza recursos biológicos e tecnologias avançadas para criar produtos e serviços sustentáveis. No Brasil, a Estratégia Nacional de Bioeconomia foi lançada para promover o uso sustentável da biodiversidade, a descarbonização dos processos produtivos e a valorização dos conhecimentos tradicionais e científicos. Em outras palavras, não se trata somente de desenvolver novas abordagens técnicas, mas também de estabelecer o diálogo com os diver-

sos conhecimentos dos povos e comunidades que constituem o Brasil.

A manutenção dos saberes ancestrais em comunidades quilombolas e afrodescendentes enfrenta diversos desafios e dificuldades no país, especialmente diante das pressões econômicas e sociais que caracterizam a realidade contemporânea. Esses grupos, historicamente marcados pela luta e resistência, buscam preservar um legado cultural rico e diversificado, que inclui conhecimentos tradicionais sobre a terra, práticas de agricultura sustentável, medicina natural, arte e espiritualidade.

A disputa territorial é um dos principais problemas enfrentados por comunidades quilombolas.

A EXPANSÃO DE GRANDES EMPREENDIMENTOS E A ESPECULAÇÃO SOBRE O USO DA TERRA ACABAM DESLOCANDO OU ISOLANDO COMUNIDADES DE SEUS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS, QUE NÃO SÃO APENAS ESPAÇOS DE





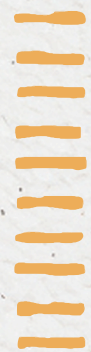
MORADIA, MAS TAMBÉM FONTES DE CONHECIMENTO E DE PRÁTICAS CULTURAIS TRANSMITIDAS ENTRE GERAÇÕES.

A perda do território “implica a perda de uma conexão histórica e simbólica, onde os saberes ancestrais são construídos e atualizados” (SILVA, 2020, p. 23). Quando essas comunidades são afastadas de suas terras, a continuidade de suas práticas tradicionais fica comprometida, já que muitas dessas técnicas estão diretamente ligadas ao ambiente em que são praticadas.

Outro desafio significativo é o acesso limitado a políticas de proteção e incentivo cultural. Embora o Brasil tenha leis e instrumentos que reconheçam a importância dos quilombolas,

como o direito à titulação de suas terras, a aplicação dessas medidas enfrenta dificuldades burocráticas e falta de apoio institucional. A falta de investimento em educação voltada para o fortalecimento cultural e a pressão para a adoção de práticas de consumo e produção industrial também contribuem para a erosão dos saberes tradicionais. É nesse contexto que jovens quilombolas são frequentemente incentivados a deixar suas comunidades para buscar oportunidades nas cidades, distanciando-se de suas origens e, muitas vezes, da cultura local.

Além disso, o preconceito e a invisibilização histórica dificultam o reconhecimento e o respeito aos saberes quilombolas. A marginalização de práticas culturais e linguagens próprias reforça uma desvalorização desses conhecimentos no espaço público e limita as oportunidades de integração entre saberes tradicionais e acadêmi-





cos. Nesse sentido, a preservação dos saberes ancestrais em comunidades quilombolas é mais que uma questão cultural: é uma luta pela dignidade, pelo respeito e pelo direito à existência, no sentido pleno de sua história e identidade.

Conforme Santos e Almeida (2022), a colaboração entre ciência e conhecimento tradicional é essencial para que se possam desenvolver soluções efetivas e sustentáveis para problemas complexos. A contribuição das comunidades afrodescendentes, indígenas e quilombolas, que possuem conhecimentos ancestrais sobre o manejo sustentável da terra e da biodiversidade, enriquece o entendimento científico e traz novas perspectivas para o desenvolvimento de inovações. Carla Pantoja, da comunidade quilombola de Santana do Capim e entrevistada para este estudo, vê a bioeconomia como uma ferramenta para melhorar a qualidade de vida da comunidade, mas destaca a necessidade de integração entre saberes tradicionais e conhecimentos técnicos. Já o representante da comunidade quilombola de Icatu-MA e representante da Juventude Quilombola da CONAQ, Igor Ribeiro, ressalta a importância da preservação dos conhecimentos

tradicionais na sociobioeconomia. Ele alerta que avanços tecnológicos podem prejudicar práticas ancestrais, como a confecção de artefatos, e defende a realização de oficinas para resgatar esses saberes.

Nesse sentido, a academia desempenha um papel importante ao sistematizar e aprimorar esses conhecimentos locais, integrando-os com tecnologias avançadas e metodologias científicas. Segundo Souza e Ribeiro (2021), a integração entre o saber acadêmico e o conhecimento tradicional cria um ciclo de troca mútua, no qual cada parte aprende e se adapta à outra, estabelecendo uma base robusta para práticas inovadoras e sustentáveis.

Carla Pantoja também defende parcerias com universidades e centros de pesquisa para fortalecer a economia local sem perder os saberes tradicionais, garantindo que projetos respeitem a cultura quilombola e promovam a sustentabilidade. Já Igor Ribeiro vê a bioeconomia como uma solução para melhorar a qualidade de vida e destaca a importância de práticas sustentáveis, como o cultivo consorciado com coco ba-





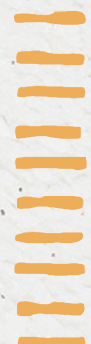
baçu, em oposição à monocultura. Essa integração é especialmente relevante em um contexto de sociobioeconomia, pois permite o desenvolvimento de soluções que respeitam as especificidades culturais e ecológicas de cada região.

Essa colaboração é importante não apenas para a conservação da biodiversidade, mas também para o desenvolvimento de tecnologias adaptadas às realidades locais, evitando a imposição de soluções homogêneas e alienantes. Nas palavras de Santos e Almeida (2022, p. 75):

“A união entre academia e comunidades tradicionais cria um ambiente de respeito mútuo, onde os saberes locais são valorizados e potencializados por meio da pesquisa científica. Esse processo colabora para que as inovações tecnológicas sejam adequadas aos contextos culturais e ambientais, evitando os impactos negativos que as soluções convencionais podem gerar”.

Diante disso, as comunidades tradicionais da região amazônica, em particular quilombolas e de matriz africana, enfrentam grandes desafios na valorização de suas produções econômicas tradicionais. Essas atividades não buscam apenas retorno financeiro, pois carregam conhecimentos ancestrais e valores culturais que remontam a práticas de subsistência e regeneração desenvolvidas por seus antepassados. Como observa Brandão (2015, p. 13), “manter a origem de quem fomos ao futuro de quem podemos ser” é uma preocupação central dessas comunidades.

A comida oferecida aos orixás, por exemplo, não tem apenas um valor ritualístico, mas carrega também a energia e a ancestralidade dos alimentos (BRANDÃO, 2015).



De acordo com Danilo Nelson Santos Miranda (coautor deste caderno), "Um lokó sempre dizia que os alimentos oferecidos aos orixás carregavam uma ancestralidade e a personalidade de cada um. O inhame com farofa de mel e dendê carregava a força, estabilidade e fúria de Ògún. Ela também dizia que o àmólá de Şàngó carregava em sua consistência a justiça. Sempre meu pai dizia: 'Orixá é amor. Fazemos tudo pelo amor que temos aos nossos ancestrais. O dinheiro não compra nossa cultura, pois nossas atividades carregam energias que transcendem o mundo físico".

Dessa forma, comunidades quilombolas e de terreiro têm uma forma única de agregar valor às suas atividades ancestrais em decorrência dos desafios singulares que enfrentam.

O conceito de **Bioquilonomia** está sendo trabalhado nas localidades do Rio Capim, no município de Aurora do Pará (PA), com o intuito de transformar e adaptar o conceito econômico ocidental para a realidade dessas comunidades, com ênfase na economia tradicional. O conceito foi inicialmente desenvolvido **na roça de santo**

do Ilê Axé Odé Okaran, sob a liderança de **Perji-gan Óbé Kan Nílé**, com forte influência da filosofia africana do povo Igbo. Ao longo do processo, percebeu-se que o conceito poderia beneficiar todas as comunidades quilombolas, pois trata-se de um resgate da memória ancestral e da herança cultural africana, além de ser uma maneira de transmitir os saberes tradicionais às novas gerações e aos membros da comunidade.

Atualmente, a **Bioquilonomia** está sendo discutida e lapidada de forma colaborativa nas comunidades quilombolas do Rio Capim por uma parcela de quilombolas, assentados e ribeirinhos da comunidade engajados na produção de farinha de mandioca, onde a solidariedade e co-operação são mais presentes que os individualismos do sistema capitalista. Esse modelo de pensar e organizar está embasado nos princípios da filosofia Igbo da Igwebuike, que enfatiza a importância da solidariedade e da cooperação entre os membros da comunidade para alcançar objetivos coletivos.



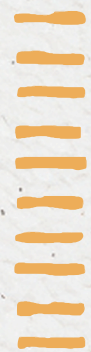


Esses valores podem ser fundamentais para fortalecer os laços comunitários, promover a confiança mútua e impulsionar iniciativas econômicas colaborativas. A aplicação da visão Igbo na economia quilombola e afrodescendente pode proporcionar um modelo sustentável e inclusivo de desenvolvimento, baseado em princípios de solidariedade, colaboração e preservação da cultura. A filosofia Igbo pode ser adaptada para fortalecer as economias quilombolas e afrodescendentes, com embasamento em dados comprovados e exemplos práticos, pois comunidades que adotaram práticas de colaboração e compartilhamento de recursos, inspiradas pela visão Igbo, demonstraram uma maior resiliência econômica e social.

Segundo Nwosu (2018, p. 34), “a filosofia Igbo de ‘Igwebuiké’ – o poder da comunidade e da coletividade – sustenta a resiliência e o sucesso das comunidades que compartilham recursos e colaboram ativamente”. Esse princípio comunitário, que valoriza o apoio mútuo e a interdependência, promove a superação conjunta de adversidades e a prosperidade coletiva. Além disso, a prática colaborativa tem impacto direto na diminuição da desigualdade econômica, uma vez que permite uma distribuição mais equitativa dos recursos. Conforme Okeke (2019, p. 58):

“As comunidades que adotam práticas baseadas na filosofia Igbo conseguem um avanço significativo na redução da pobreza. Isso ocorre, pois os membros colaboram entre si, repartindo recursos e responsabilidades. O conceito de compartilhar as posses e ajudar uns aos outros reforça o tecido social, reduzindo a competitividade individualista e fortalecendo o grupo como um todo”.

Ao preservar tradições, fortalecer a segurança alimentar e promover a sustentabilidade, a produção de farinha de mandioca contribui para o bem-estar e a resiliência dessas comunidades. Essa atividade foi por muito tempo usada para o consumo e o seu excedente para venda e troca por outro gênero alimentício. Conforme Almeida (2022), esses gêneros eram trocados por óleo de soja, sal, sabão, querosene, entre outros que as comunidades ribeirinhas necessitavam, porém não produziam. O processo de troca ainda hoje é muito praticado pelas comunidades quilombolas do Rio Capim, por exemplo, pois resgata o uso da mercadoria produzida como valor de troca.





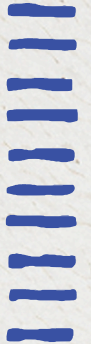
Segundo Marx (2013 [1867]), o valor de uma mercadoria é expresso no valor de outra, ou seja, o trabalho realizado para produção de farinha é equiparado com o produzido na soja, sal e sabão. Entretanto, as formas tradicionais de produção estão passando por profunda transformação - de um lado está o aperfeiçoamento dessas comunidades com as novas tecnologias agrícolas, maquinários e fertilizantes e a luta contra o avanço das grandes obras e mineração irregular que estão compulsoriamente deslocando as comunidades para longe de seu lugar de origem, e de outro temos a luta para manter as atividades tradicionais que têm impacto ambiental reduzido.

Desta forma, a bioeconomia traz consigo um debate complexo. Por um lado, existe um movimento que valoriza e promove a preservação dos recursos naturais e o uso sustentável da biodiversidade brasileira, alinhando-se com os princípios de sustentabilidade e respeito ao meio ambiente. Por outro lado, críticos argumentam que a bioeconomia, quando mal implementada, pode se tornar uma forma de “neocolonialismo verde” (SILVA, 2020), onde grandes empresas e corporações internacionais apropriam-se dos recursos

naturais e dos conhecimentos tradicionais sem uma compensação justa para as comunidades locais. Conforme Silva, esse processo frequentemente resulta em “exploração dos territórios e marginalização das populações locais, perpetuando as desigualdades históricas e sociais” (Silva, 2020, p. 32). Assim, a bioeconomia pode, em vez de emancipar essas comunidades, reforçar estruturas de poder que beneficiam grandes empresas ao custo das populações originárias e tradicionais (SILVA, 2020).

Em suma, enquanto a bioeconomia representa um caminho promissor para a construção de um modelo de desenvolvimento mais sustentável, é fundamental que sua implementação considere a justiça social e ambiental. Políticas públicas devem ser desenhadas para garantir que as comunidades tradicionais sejam beneficiadas de forma justa, e que os impactos ambientais sejam minimizados. Assim, o desenvolvimento da bioeconomia deve estar pautado em uma abordagem ética e inclusiva, respeitando tanto a biodiversidade quanto os direitos das populações locais (SANTOS, 2020; ALMEIDA, 2021).





O conceito de **Bioquilonomia** baseia-se em discussões aprofundadas nas quais fica claro que o termo "bio" se refere a tudo o que é feito organicamente, e "quilonomia" se refere à atividade comercial dentro do quilombo. Dessa forma, a tradução do conceito foi consolidada como a prática de um funcionamento orgânico e autosustentável na comunidade. A partir desse entendimento, foram definidos três principais objetivos da Bioquilonomia:

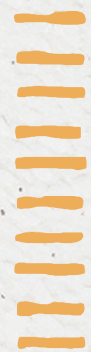
- 1. Conservação Ambiental:** Promover a preservação dos ecossistemas locais por meio do uso sustentável dos recursos naturais, garantindo a integridade da biodiversidade.
- 2. Inclusão Social:** Garantir a participação ativa das comunidades quilombolas na economia local e global, respeitando seus direitos, tradições e saberes.
- 3. Desenvolvimento Econômico:** Incentivar atividades econômicas que possam gerar renda, melhorar a qualidade de vida das comunidades quilombolas e fortalecer a economia local.

A partir desses objetivos, foram estabelecidas diretrizes e metas para a implementação da Bioquilonomia nas comunidades quilombolas do Rio Capim. Algumas das principais ações incluem:

Capacitação e Educação: Oferecer cursos e treinamentos que capacitem os quilombolas em técnicas de manejo sustentável, agroecologia, e agregação de valor aos produtos florestais não madeireiros.

Acesso a Mercados: Facilitar o acesso dos produtos quilombolas aos mercados locais, nacionais e internacionais, promovendo o comércio justo e garantindo melhores condições de comercialização.

Políticas Públicas: Criar e fortalecer políticas públicas que favoreçam a regularização fundiária, o acesso ao crédito e a assistência técnica, além de promover a inclusão das comunidades quilombolas nos processos decisórios. Além disso, foram apresentados exemplos de iniciativas bem-sucedidas que trabalham com a socioeconomia e que podem servir como referência para o desenvolvimento das comunidades quilombolas da região.



Alguns exemplos incluem:

Extração Sustentável de Óleo de Copaíba:

Em Oriximiná, no Pará, a Cooperativa Mista dos Povos e Comunidades Tradicionais da Calha Norte (Coopaflora) promove a extração sustentável de óleo de copaíba, gerando renda para as comunidades e, ao mesmo tempo, preservando a floresta.

As iniciativas de sociobioeconomia quilombo-la, como a **produção de castanha-do-pará, açaí e farinha de mandioca**, representam exemplos de como as comunidades tradicionais têm utilizado seus recursos naturais e saberes ancestrais para promover o desenvolvimento econômico sustentável e a preservação ambiental.

No entanto, essas atividades - mesmo tendo um grande potencial de geração de renda - também enfrentam desafios significativos, particularmente no que diz respeito à falta de investimentos adequados, à aproximação com a academia e aos obstáculos para a pesquisa e inovação.

Portanto,

« A BIOQUILONOMIA EMERGE COMO UMA PROPOSTA INOVADORA PARA O FORTALECIMENTO DA AUTONOMIA ECONÔMICA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS, A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, E A VALORIZAÇÃO DOS SABERES ANCESTRAIS, COM O POTENCIAL DE TRANSFORMAR A REALIDADE SOCIOECONÔMICA DESSAS COMUNIDADES DE MANEIRA SUSTENTÁVEL E INCLUSIVA. »

Contudo, a falta de infraestrutura adequada, como transporte e armazenagem, ainda limita o seu potencial.





A seguir, destacamos alguns fundos e fontes de financiamento para projetos quilombolas e afrodescendentes:

3.2.1 Mecanismos liderados por Instituições não governamentais da sociedade civil organizada que apoiam Povos Quilombolas

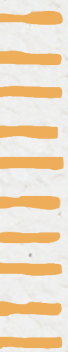
O Fundo Baobá, criado em 2011, promove a equidade racial e social no Brasil por meio do financiamento de projetos voltados às populações negras, afro-brasileiras, e comunidades tradicionais. Seu impacto é significativo, apoiando iniciativas nas áreas de educação, saúde, cultura e cidadania. No entanto, o Fundo enfrenta desafios, como a sustentabilidade financeira e a necessidade de maior articulação com organizações quilombolas e afrodescendentes para garantir que os recursos atendam às necessidades específicas dessas comunidades.

Um dos principais obstáculos é a captação de recursos, que, apesar de parcerias estratégicas com empresas como JPMorgan e Google.org,

ainda não supre a alta demanda por financiamento. Além disso, a descentralização dos recursos é limitada, dificultando o acesso de comunidades periféricas e rurais.

Outro desafio é a aproximação com a academia. Instituições acadêmicas poderiam fortalecer as iniciativas do Fundo por meio do desenvolvimento de novas tecnologias sustentáveis e políticas públicas inclusivas. No entanto, há uma lacuna na conexão entre a produção científica e as necessidades das comunidades quilombolas e afrodescendentes.

Entre os pontos positivos do Fundo Baobá estão seu foco exclusivo na equidade racial, a colaboração com grandes instituições e o apoio a iniciativas inéditas, muitas das quais nunca haviam recebido financiamento antes. Por outro lado, os desafios incluem a burocracia no acesso aos recursos e a limitação financeira diante da alta demanda. Para expandir seu impacto, o Fundo deve investir em novas estratégias de captação, ampliar parcerias, e descentralizar o alcance dos recursos.



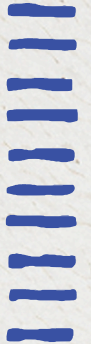
Fundo DEMA - Fundo de Desenvolvimento das Comunidades Tradicionais, conhecido como Fundo DEMA, é um mecanismo de apoio técnico e financeiro voltado para comunidades quilombolas, indígenas e outros grupos que preservam modos de vida tradicionais no Brasil. Gerido em parceria com organizações governamentais e da sociedade civil, o fundo tem como objetivo fomentar a sustentabilidade, a autonomia econômica e a valorização cultural dessas comunidades. Suas iniciativas incluem a promoção de práticas agroecológicas, reflorestamento, e geração de renda por meio do uso sustentável dos recursos naturais.

Entre os aspectos positivos do Fundo DEMA, destaca-se sua contribuição para a conservação ambiental e o fortalecimento das economias locais. Segundo a FASE (2023), os recursos do fundo possibilitaram a recuperação de aproximada-

mente 50 mil hectares de áreas degradadas e o plantio de mais de um milhão de árvores, promovendo a sustentabilidade e reduzindo a pressão sobre os ecossistemas. Além disso, o fundo tem sido fundamental para a regularização fundiária e a capacitação de jovens e mulheres em práticas agroecológicas, fortalecendo a autonomia das comunidades.

Apesar de seus benefícios, o fundo enfrenta desafios que limitam sua efetividade. A burocracia excessiva e a exigência de documentação detalhada dificultam o acesso para comunidades com pouca estrutura administrativa (SILVA, 2021). Além disso, a falta de divulgação adequada impede que mais comunidades conheçam e se beneficiem dos recursos disponíveis. Esse cenário demonstra a necessidade de ajustes para ampliar o alcance do fundo.

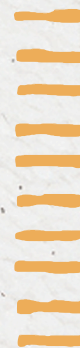
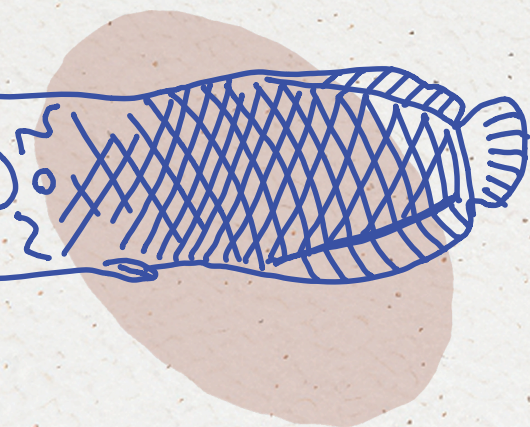




Dentre as propostas para melhorar o acesso ao Fundo DEMA, destaca-se a simplificação dos processos burocráticos e a criação de programas de capacitação para elaboração de projetos e gestão de recursos. Parcerias com ONGs e instituições de ensino podem fornecer suporte técnico, enquanto estratégias de comunicação acessíveis às comunidades podem ampliar a divulgação. O Fundo DEMA se insere em um contexto mais amplo de políticas de apoio às comunidades quilombolas e indígenas, sendo comparado a outros fundos, como o Baobá e o Fundo Nacional de Cultura. Entretanto, conforme apontam Souza (2020) e Lima (2019), a falta de alinhamento entre as exigências desses fundos e as realidades das comunidades quilombolas compromete a efetividade das iniciativas.

A burocracia excessiva e a ausência de um acompanhamento contínuo agravam esse problema, tornando essencial uma abordagem mais participativa e adaptada às especificidades culturais dessas populações.

A bioeconomia quilombola e afrodescendente representa uma oportunidade estratégica para conciliar desenvolvimento sustentável, inclusão social e conservação ambiental. O fortalecimento do Fundo DEMA - com processos mais acessíveis e maior participação das comunidades na sua gestão - pode potencializar seu impacto positivo e contribuir para um futuro mais justo e sustentável para as comunidades quilombolas e indígenas no Brasil.





3.3. PERSPECTIVAS DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS E AGROEXTRATIVISTAS

SEÇÃO ELABORADA POR LÚCIA TEREZA RIBEIRO DO ROSÁRIO A PARTIR DE ENTREVISTAS E EXPERIÊNCIAS PESSOAIS.

« O RIO NÃO DETERMINA A VIDA, MAS A EXISTÊNCIA NA VÁRZEA DO ESTUÁRIO AMAZÔNICO NÃO OCORRE SEM A PRESENÇA DELE. »

Viver na região é enfrentar uma série de desafios, que vão desde os fenômenos naturais até aqueles intensificados por atividades humanas. Mesmo com o avanço da produção mercantil, o modo de vida das populações ribeirinhas continuou intimamente vinculado às florestas e ao próprio rio.

As relações econômicas se intensificaram ainda mais durante a exploração da borracha nativa, quando migrantes nordestinos e habitantes locais formaram uma mão de obra submetida a um sistema de escravidão por dívida. Nesse contexto, os patrões controlavam os preços, decidiam o que seria produzido e para quem a produção seria vendida. Portanto, as decisões não pertenciam às famílias e a única maneira de continuar no território era se submeter aos “patrões”, pessoas que se diziam proprietárias das terras do estuário amazônico.

Faço aqui um resgate da minha memória familiar, uma vez que todas as gerações antes da minha nasceram no Marajó Ocidental. Meus ancestrais foram vítimas do sistema conhecido como aviamento, que perdurou não somente no ciclo da borracha, mas estendeu-se até os tempos atuais. Nesse sistema, famílias com o domínio da terra detêm o controle da produção - e, por consequência, da vida - de dezenas de outras.





Entre relações de compadrio e de patronagem, e sem perspectiva de vida em outro local, famílias se submetiam ao controle dos mandantes. Isso resultava em um ciclo geracional de submissão, que só era quebrado, por exemplo, quando uma adolescente vinha para a cidade servir de babá ou empregada doméstica para esses mesmos patrões. Mesmo essas transformações resultavam também em processos de servidão, uma vez que os patrões não pagavam salário, com o pretexto de arcar com os estudos das adolescentes.

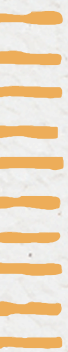
Portanto, as mulheres daquela época só conseguiam ter autonomia de renda quando migravam para a cidade, pois na unidade produtiva cabia ao homem a administração dos recursos da família. Ademais, por serem solteiras ou separadas e distantes de casa, essas mulheres não estavam sob o jugo do marido, como ocorria com as mulheres casadas.

Após uma vida inteira de luta, conseguiam almejar um futuro diferente, mas abdicando da terra e do seu lugar de pertencimento. Foi o que ocorreu com a minha avó Maria (d. Neca), quan-

do veio para Macapá trabalhar como doméstica na década de 1960. Após duas gerações, proporcionaria condições para que eu fosse a primeira pessoa da família a cursar uma universidade.

Esse ciclo se estancou somente em meados dos anos 2000, quando lideranças se organizaram em sindicatos rurais e, juntamente com um conjunto de institucionalidades reivindicaram junto ao governo federal a regularização das terras de comunidades tradicionais, culminando com a criação de 147 Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs) e cinco Unidades de Conservação somente no arquipélago do Marajó (ROSÁRIO, 2022).

Cabe lembrar que muito antes, lideranças como Chico Mendes, do Acre, e Pedro Ramos, do sul do Amapá, entre muitos outros, desempenharam um papel crucial na criação dos assentamentos e reservas extrativistas. Suas ações foram fundamentais para romper com a herança do sistema de aviamento que ainda predominava em toda a Amazônia.





A exploração sustentável desses territórios desempenha um papel significativo na preservação ambiental e na manutenção dos conhecimentos tradicionais, que fundamentam a identidade das comunidades. Na prática, entretanto, o desafio de sobrevivência das famílias é uma luta constante. Apesar de algumas experiências bem-sucedidas de geração de renda, a maioria das comunidades vive em áreas onde os recursos naturais que preservam geram benefícios econômicos muito maiores para pessoas de fora das comunidades.

De maneira geral, suas práticas produtivas costumavam seguir uma estratégia, na qual produziam para a subsistência e vendiam o excedente, mantendo uma relação harmoniosa (ou com poucos conflitos) com a natureza. Contudo, mudanças significativas vêm ocorrendo nessa lógica, sobretudo em relação ao açaí - o produto de maior visibilidade e valor de produção da sociobiodiversidade amazônica.

A valorização do açaí no mercado nacional e posteriormente internacional resultou num significativo aumento da renda e melhorias no

bem-estar para as famílias que atuam na extração do fruto. Entretanto, estudos apontam que a intensa demanda vem desencadeando um processo assimétrico, caracterizando uma prática de mercado na qual a natureza é vista apenas como um recurso econômico a ser explorado a qualquer custo. Como consequência, são observados impactos negativos - sobretudo a tendência à homogeneização da floresta de várzea, o desaparecimento de espécies florestais, a redução da diversidade das atividades produtivas, e a redução da produtividade dos açaizais devido ao desaparecimento de polinizadores (ROSÁRIO, 2022).

Nesse cenário diversas iniciativas têm buscado desafiar a hegemonia do mercado. De maneira geral, associações e cooperativas de base comunitária vêm se organizando há bastante tempo, e algumas conseguem ultrapassar as limitações impostas pelo sistema econômico convencional, por meio de parcerias, acesso a projetos e programas de capacitação e financiamento, entre outras estratégias.





Em comunidades com um tecido social fortalecido, existem experiências bem-sucedidas, especialmente na área de comercialização. No entanto, a grande maioria enfrenta diversos desafios, como dificuldades logísticas relacionadas às longas distâncias em que as comunidades estão localizadas, além da gestão de empreendimentos familiares ou coletivos, o que exige múltiplas habilidades, capacitação contínua, tecnologias adaptáveis e a construção de relações para acesso a mercados.

Além disso, enfrentam outros obstáculos, como a falta de recursos financeiros adequados e a necessidade de parcerias consolidadas que se mantenham para além do tempo dos projetos.

Alterar essa lógica requer a implementação de um conjunto de medidas e a alocação de recursos que não estão sob a responsabilidade ou controle dos comunitários ou de suas organizações coletivas. A compreensão das necessidades das comunidades e a busca de resolução passam

pelo diálogo entre saberes tradicionais e acadêmicos, sendo o conhecimento científico, neste contexto, um instrumento importante que possibilita o acesso às tecnologias adaptáveis, recursos financeiros para projetos, educação que responda às necessidades das comunidades, entre outros.

Cabe lembrar que o agroextrativismo praticado atualmente no estuário amazônico resulta de um longo processo histórico forjado nas atividades agrícolas e de coleta praticadas por antigas sociedades indígenas. Na sua atual formação, expressa as especificidades dos sistemas tradicionais de produção com sua diversidade de práticas de manejo e de paisagens, juntamente com a coleta de recursos florestais, agricultura, pesca, caça, criação de animais de pequeno porte, além da bubalinocultura (criação de búfalos) e gado bovino, criados em pequena escala (NOGUEIRA; FLEISCHER, 2005; IPEA, 2015).



3.3.1. Empreendimentos comunitários agroextrativistas e a sustentabilidade das famílias do estuário amazônico

Tradicionalmente, as famílias do estuário amazônico desenvolvem diversas práticas produtivas, utilizando os recursos da água e da terra para a sua sobrevivência. As principais atividades agroextrativistas são de coleta de seringa, castanha-do-brasil, sementes oleaginosas, extração de madeira, agricultura, criação de pequenos animais, caça, e pesca - inclusive do camarão.

Cabe ressaltar que a operacionalização da cadeia de produtos da sociobiodiversidade é realizada por empreendimentos comunitários, sendo estes representantes dos povos e comunidades tradicionais. Uma vez que os empreendimentos estão localizados em seus territórios, costumam passar por grandes desafios, desde a etapa de produção até a comercialização.

Acerca dessa questão, Joaquim Belo, do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, acrescenta que a infraestrutura das comunidades amazônicas é bastante carente (informação verbal). A região enfrenta sérias limitações em

termos de infraestrutura, como a falta de fornecimento de energia em todas as horas do dia, ausência de água tratada e deficiências na comunicação.

Todos estes fatores impactam diretamente no desenvolvimento local. Em qualquer estratégia de negócios, a disponibilidade dessas infraestruturas é essencial para garantir a operação eficiente e a competitividade. Quando essas condições essenciais não são atendidas, os empreendimentos comunitários precisam deslocar suas instalações para as periferias das cidades, onde, geralmente, as condições são mais adequadas para o crescimento e o funcionamento das atividades empresariais.

3.3.1.1. Pesquisa, inovação e interação de saberes: algumas experiências na Amazônia

A interação entre os saberes das comunidades tradicionais e seus empreendimentos comunitários com as universidades e centros de pesquisa poderia ocorrer em via de mão dupla, na qual o conhecimento tradicional e o acadêmico se complementam e se fortalecem mutuamente.



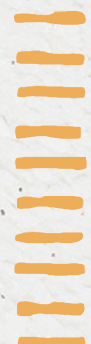
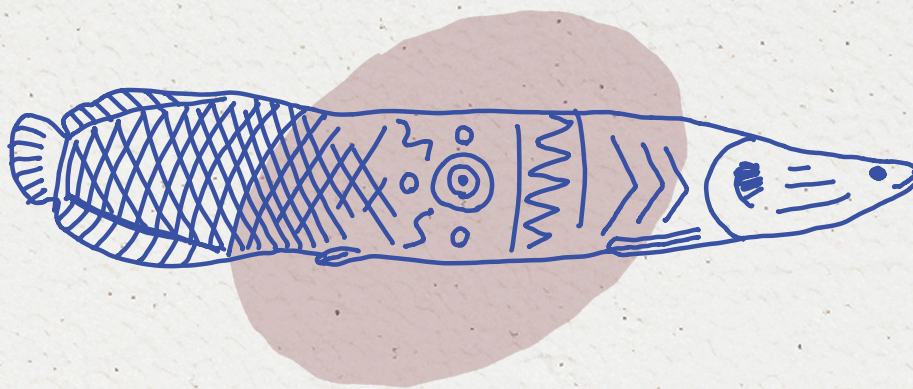


De um lado as comunidades tradicionais, com sua rica experiência em práticas sustentáveis, manejo de recursos naturais e saberes ancestrais, oferecem uma perspectiva valiosa que muitas vezes não é reconhecida ou valorizada pelos modelos de conhecimento acadêmico convencionais. Por outro lado, universidades e centros de pesquisa podem contribuir com inovações tecnológicas, capacitação, e novas abordagens para resolver desafios locais. Quando essas duas esferas de conhecimento interagem de forma respeitosa e colaborativa, cria-se um ambiente fértil para o desenvolvimento de soluções sustentáveis e adaptadas às realidades locais.

Por exemplo, para atender aos problemas dos empreendimentos comunitários, a colaboração

com universidades pode trazer melhorias na gestão, na introdução de tecnologias apropriadas e na elaboração de estratégias para o fortalecimento das cadeias produtivas. Em contrapartida, as comunidades podem fornecer aos pesquisadores visões valiosas sobre os impactos ambientais e sociais de determinadas práticas, além de contribuir com saberes que, por serem baseados na experiência prática, podem enriquecer conceitos acadêmicos e práticas de gestão.

Esse tipo de interação também promove a valorização dos conhecimentos tradicionais e sua integração aos debates contemporâneos sobre sustentabilidade, agroecologia, conservação ambiental, e desenvolvimento social.



A esse respeito, Joaquim Belo afirma:

O conhecimento tradicional é estratégico para a cultura de uma comunidade, é estratégico para a riqueza do conhecimento, mas é preciso que o Estado reconheça isso. Hoje, por exemplo, se a universidade precisa dos meus conhecimentos para fazer alguma coisa, ela não pode me pagar por isso porque o Estado só reconhece títulos. Eu não tenho títulos, mas eu tenho conhecimento que poderia contribuir de alguma maneira com um jovem que está na universidade, mas no modelo atual isso não tem valor, porque o que tem valor não é o conhecimento tradicional, é o título.

Então, existe uma contradição muito grande quando a gente fala disso, porque o meu conhecimento tradicional é muito importante, é rico, é estratégico, mas a academia não o reconhece (...).

Então isso vai se perdendo, porque o próprio jovem diz: 'se o conhecimento do meu pai não tem valor nenhum, por que eu vou me preocupar com isso? Eu vou atrás de um título, esse título que tem valor e vai me empregar'. (Joaquim Belo, informação verbal).

Para Joaquim Belo, existe aí um conflito. Se a academia e o estado não o corrigirem, a própria ciência vai destruindo o conhecimento tradicional, pois ele vai perdendo valor em relação a um título universitário, de mestrado, doutorado. Diz ainda: “esse conhecimento tradicional é riquíssimo, a ciência busca ele, mas não valoriza e nem valoriza”.

Miqueias Souza, representante das comunidades extrativistas do Amazonas na Iniciativa Saberes Sociobio, ressalta a importância desse conhecimento, que é ancestral, no enfrentamento e na adaptação às mudanças climáticas.

No contexto amazônico, as pesquisas muitas vezes distanciam-se da realidade e das demandas locais. Existem pesquisas que poderiam solucionar problemas enfrentados pelos empreendimentos comunitários, mas que nem sempre são divulgadas ou direcionadas para esses segmentos.





É o caso de empreendimentos cujas tecnologias estão ultrapassadas e necessitam de ajustes ou substituição, estão parados, ou funcionando precariamente. Ou ainda aqueles que necessitam de uma inovação para atendimento ao mercado.

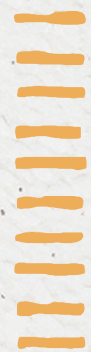
Em outra atividade produtiva, Teofro Lacerda, liderança da comunidade de Santo Ezequiel Moreno, localizada no rio Acuti Pereira, em Portel, no arquipélago do Marajó/Pará, relata o desafio de colocar em funcionamento uma unidade de beneficiamento de açaí em sua comunidade (informação verbal).

Uma vez que existem muitas dificuldades logísticas para a produção e comercialização da polpa do fruto na comunidade, a alternativa encontrada foi a produção do açaí em pó. Para chegar a essa etapa, os comunitários contaram com a parceria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que em 2022 obteve recursos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para criar uma unidade demonstrativa do projeto intitulado “Cadeias Produti-

vas do Açaí e Cupuaçu: fábrica sustentável de Alimentos em pó em pequena escala”. Os resultados do projeto foram transferidos para a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Comunidade de Santo Ezequiel Moreno (ATAA) e para a Associação de Mulheres da Etnia Tikuna de Belém dos Solimões (Associação MAPANA), em Tabatinga (AM).

A respeito de como a comunidade tomou conhecimento dessa tecnologia, o Senhor Teofro disse que a parceria ocorreu através da Embrapa, uma vez que sozinhos, teriam dificuldades em identificar tais inovações.

Nas entrevistas, indagou-se sobre os temas prioritários na construção de soluções inovadoras junto às universidades ou centros de pesquisa. Joaquim Belo (CNS) acredita que a universidade está distante das comunidades, e que é necessário “trazer a academia para o mundo real, colocar a universidade na vida das pessoas” (relato verbal), e ainda:





(...). Primeiro, as universidades precisam sair de sua bolha e ir para dentro da comunidade. Aí sim, você estreita essa relação, de forma respeitosa, não só de extrair o conhecimento e não devolver. Por isso, quando eu olho livros de mestrados e doutorados feitos em um lugar, mas aquilo nunca voltou. Foi para um mérito muito pessoal, mas para o coletivo não foi produzido muita coisa. (Joaquim Belo, informação verbal).

Elizeth Marques, representante extrativista na Iniciativa Sociobio, acrescenta que é necessário trabalhar os temas que possam resgatar e replicar os saberes ancestrais. Para ela, é importante aprender com as comunidades sobre a utilização dos recursos naturais de maneira sustentável, garantindo a conservação e valorização dos produtos, e gerando renda para o povo da floresta, do campo e das águas.

Para Kátia Pantoja, liderança da comunidade São José, rio Maniva, Afuá, são importantes a organização social nos espaços comunitários, o cooperativismo, o abastecimento de água potável para as comunidades ribeirinhas, a instalação de fossas sépticas e o fomento às hortas hidropônicas. Rosilda Pacheco, liderança da Foz do Amazonas, na costa do Amapá, acrescenta a importância do processo formativo em cadeias produtivas.

Acerca do financiamento para os projetos comunitários, indagou-se aos entrevistados quais as estratégias das comunidades para garantir a sustentabilidade após o término do financiamento. As principais respostas tratavam do processo formativo de jovens para o gerenciamento de projetos, o empoderamento das organizações comunitárias, e o equilíbrio da natureza no processo produtivo.



Joaquim Belo cita a Escola Família Agrícola como uma escola de negócios sustentando a si mesma através das atividades produtivas, embora admita ser um processo lento, no qual é necessária a construção de uma mentalidade para esse entendimento.

Finalmente, para além da distância entre a universidade e as comunidades, trazida no relato de Joaquim Belo, é comum também que agências governamentais, ONGs e empresas busquem as organizações comunitárias para implementar projetos, impondo entretanto limitações externas a essas organizações em decorrência de seus prazos restritos. Ao final da execução, as comunidades nem sempre estão suficientemente organizadas e autônomas para seguir sem o apoio.

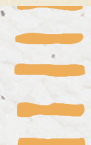
Os recursos para projetos comunitários que poderiam reduzir as assimetrias costumam ser dificultados pelo excesso de exigências para o seu acesso. A situação se agrava ainda mais quando as comunidades não estão organizadas ou não possuem personalidade jurídica, tais como grupos de mulheres, aldeias, coletivos, grupos de jovens, entre outros, além das dificuldades de comunicação em lugares remotos.

3.3.1.2. Fundos comunitários e solidários

Os fundos comunitários representam movimentos que têm atuação territorial, não sendo apenas instrumentos financeiros que facilitam a grandes doadores a chegada de recursos a comunidades locais. Além disso, tais fundos têm uma agenda construída pelos movimentos (GLF, 2021).

Os fundos comunitários têm como objetivo:

Fornecer recursos para projetos que contribuam para melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem naquela comunidade onde o poder público por muitas vezes não chega. Além de fornecer financiamento, os fundos comunitários também incentivam a participação ativa das pessoas na tomada de decisões e na execução dos projetos. Essa abordagem colaborativa pode levar a uma maior responsabilidade, transparência e sustentabilidade nos projetos financiados pelos fundos comunitários (RODRIGUES, 2023, p.5).



A Rede de Fundos Comunitários Amazônicos representa um conjunto de fundos ligados aos movimentos sociais da Amazônia, constituído atualmente em oito fundos, sendo que três deles estão voltados para o atendimento às populações extrativistas e agricultores familiares. São eles: Fundo Dema/Fundo Babaçu; Fundo Autônomo de Mulheres Rurais da Amazônia “Luzia Dorothy do Espírito Santo” e Fundo Puxirum dos Extrativistas da Amazônia Brasileira.

Uma vantagem dos fundos comunitários é que eles são forjados no seio dos movimentos sociais para apoiar as suas próprias iniciativas e que podem ser adaptados para atender às suas realidades. Segundo alguns representantes da Rede de Fundos Comunitários Amazônicos, esses fundos são um mecanismo de resistência, proporcionam autonomia e fortalecimento no mecanismo de governança e constituem a melhor ferramenta para o financiamento de ações que garantam a autonomia dos povos das florestas e de seus territórios.

Além dos fundos comunitários, existem mecanismos que funcionam como poupanças, pois utilizam dessa nomenclatura de fundo, porém, não são caracterizados dessa forma. São

mecanismos sem personalidade jurídica, mas de maior importância nas comunidades, uma vez que adiantam dinheiro para pequenos reparos, locomoção, entre outros. Tais recursos podem sair da renda pessoal de cada comunitário.

Se ampliado ou melhor estruturado, esse tipo de mecanismo pode ser usado como capital de giro em atividades produtivas individuais ou coletivas, aquisição de equipamentos de menor custo, realização de oficinas, atividades sociais e festivas, entre outros. Como vantagem, a comunidade evita fazer um empréstimo bancário ou acessar crédito rural para os fins mencionados, deixando tais opções para operações mais robustas.

Um exemplo desse mecanismo ocorre na comunidade de Santo Ezequiel Moreno (PAE Acuti Pereira), município de Portel, Arquipélago do Marajó. A comunidade é formada por 150 pessoas e criou um fundo solidário chamado “Fundo Açaí”. A iniciativa consiste em captar o valor fixo de R\$ 2 a cada lata de fruto de açaí comercializada, para a construção de obras de infraestrutura. Até 2018, o fundo havia arrecadado 290 mil reais, utilizados para a construção de pontes, de um centro comunitário e de uma cozinha industrial (FBB, 2018).



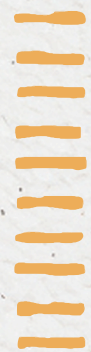


3.4. PERSPECTIVAS DAS UNIVERSIDADES E CENTROS DE PESQUISA

A área da bioeconomia vem gerando crescente interesse entre pesquisadores, universidades e centros de pesquisa no Brasil e no mundo. A bioeconomia abrange termos como biotecnologia, biorrecursos, biomassa, biogás, biocombustíveis, agregação de valor a produtos da biodiversidade e economia ecológica. Entretanto, pesquisadores que atuam na Amazônia alertam que a falta de clareza no conceito de bioeconomia pode colocar em risco a sustentabilidade dos ecossistemas amazônicos e das populações locais, indicando o termo "sociobioeconomia" como o mais adequado (LENNON, 2024), uma vez que esse termo também engloba o diálogo entre saberes, com a interação dos conhecimentos tradicionais e acadêmicos.

O conceito de sociobioeconomia pode promover sistemas econômicos alternativos, em contraste com uma abordagem mercadológica tradicional, já que está alinhado com as relações harmoniosas entre as comunidades indígenas, locais e tradicionais, e seu ambientes (FERREIRA et al., 2024; AGÊNCIA GOV, 2024).

Outro ponto preocupante nos últimos anos para a Amazônia é a limitada oferta de recursos públicos para a ciência no Brasil. Uma das alternativas para minimizar esses problemas é a realização de parcerias entre instituições de pesquisa e empresas privadas, o que está possibilitando que algumas instituições consigam manter ativos os estudos na área da sociobioeconomia na região (VALOR, 2021). Esse tipo de interação público-privada é um modelo de sucesso no exterior e vem ganhando cada vez mais força em um contexto de sustentabilidade nos negócios. Especialmente em relação à demanda por produtos de baixo impacto ambiental, o que traz benefícios sociais e ambientais para a região (VALOR, 2021).



O interesse e a consciência da importância econômica, científica e tecnológica da sociobioeconomia não são novos na Amazônia (SOUZA et al., 2016). Entretanto, de acordo com o pesquisador Carlos Nobre, embora o uso de altas tecnologias em cadeias produtivas "ainda é muito precário" no bioma amazônico, o desenvolvimento da bioeconomia na região é "uma proposta nova, disruptiva e acessível". Ele destaca que, com a quarta revolução industrial, "muitas tecnologias se tornaram muito baratas e fáceis de usar", eliminando a necessidade de grandes laboratórios e permitindo que "as populações locais façam uso dessas tecnologias para o desenvolvimento de pequenas bioindústrias para gerar mais valor agregado do que temos hoje" (RODRIGUES, 2018).

Diálogos recentes entre organizações indígenas, quilombolas e de outras populações tradicionais com comunidades acadêmicas têm levantado preocupações sobre quais conhecimentos, referenciais, tecnologias e políticas devem formar os alicerces de uma sociobioeconomia de raiz amazônica. Os conhecimentos tradicionais

associados à área são muitas vezes negligenciados, e isso cria uma disparidade na valorização e recompensa dos diferentes tipos de saberes, perpetuando a invisibilidade dos modos de vida e governança tradicionais (BANIWA et al., 2024).

Infelizmente, pesquisadores e conhecimento tradicional nem sempre têm uma relação tranquila, em consequência de inúmeros casos em que pesquisadores deixaram de respeitar o conhecimento passado por indígenas, quilombolas e ribeirinhos, usando esse saber tradicional para produzir ciência e inovação tecnológica, sem no entanto repartir com seus detentores iniciais quaisquer benefícios adquiridos com os estudos (MACEDO, 2007). Devido a exemplos como esse, os governantes brasileiros instituíram leis para garantir os direitos dos povos tradicionais, como a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade (BRASIL, 2015).





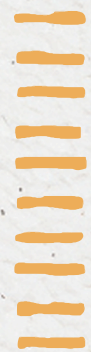
Atualmente, a interação entre a academia e os povos tradicionais melhorou, mas “ainda está distante do que se espera”, nas palavras da professora e indígena Debora Caroline Viana Almeida (conhecida como Déba Tacana), da Universidade Federal do Acre. Para ela “a academia ainda tem dificuldade de compreender as especificidades das comunidades” (relato verbal). Isso acontece também pela formação tecnicista nas universidades e ICTs, que valorizam equipes com pesquisadores com alta produção científica - “publicações, patentes e outros”, havendo pouco espaço para outras formas de conhecimento.

Para o Professor Marcos Silveira, da Universidade Federal do Acre, “muitos Institutos Federais estão à frente das Universidades Federais no que diz respeito à sociobioeconomia, pois enquanto algumas universidades estão focadas em mostrar os problemas, os institutos estão focados na solução”. Este último aspecto é o que interessaria às comunidades, e muitas vezes não é trabalhado.

Acredita-se que a relação dialógica entre estudiosos e povos e comunidades tradicionais não

é algo impossível de acontecer, mas depende basicamente da sensibilidade e cultura do pesquisador, a fim de que não se caia no erro de impor-se perante o que se pode chamar de objetos de pesquisa, mas agindo a partir deles em uma relação muito mais dialógica do que hierárquica - uma interlocução (COSTA et al., 2020).

Então, a implantação efetiva da sociobioeconomia precisa ser uma tarefa conjunta de longo prazo das políticas governamentais, indústrias, academia e dos povos e comunidades tradicionais, encontrando assim abordagens para uma boa governança e sinergia entre os grupos e diálogos sociais (BARBOSA, 2021). Para o Professor André Luiz Rodrigues Menezes, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, “a preservação dos conhecimentos tradicionais não apenas contribui para o bem-estar das comunidades, mas também para a preservação e valorização desse saber que é fundamental para a sustentabilidade e o fortalecimento da identidade cultural desses povos, assim o casamento dos conhecimentos tradicionais mais sociobioeconomia é igual a futuro”.



É importante também destacar que, para ocorrer esse diálogo entre saberes, os mecanismos de financiamento têm que se adaptar às necessidades e peculiaridades das comunidades locais. Existem diversos sistemas de financiamento, órgãos governamentais e agências de fomento (tanto governamentais quanto privadas) que apoiam projetos na área da sociobioeconomia, tais como:

- Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ);
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
- Ministério dos Povos Indígenas (MPI);
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT);
- Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP);
- Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs);
- Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência Tecnologia e Inovação (CONSECTI);
- Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP);

- Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs);
- Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBIO);
- Fundação Amazônia Sustentável (FAS);
- Fundo Amazônia;
- SOS Amazônia;
- Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO);
- Fundo de Biodiversidade da Amazônia (ABF);
- Fundo da Amazônia Oriental;
- Fundo Ancestrais do Futuro;
- Fundos Patrimoniais Filantrópicos;
- Fundo de Bioeconomia da Amazônia do Green Climate Fund;
- Ford Foundation;
- entre outros.

Conforme foi possível observar, existem muitas organizações, órgãos de governo, instituições e fundos que apoiam, de forma direta ou indireta, pesquisas com sociobioeconomia, o que é considerado positivo.





Para a Professora Déba Tacana, um avanço importante na sociobioeconomia foi “a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), que proporcionou a abertura de diversos editais”, conforme pode ser visto no portal do MPI (BRASIL-MPI, 2024). “Esse Ministério foi um ganho significativo para um país que possui mais de 300 etnias e 270 idiomas indígenas, ou seja, 270 formas de entender o mundo”.

O MPI foi criado em janeiro de 2023 a partir das necessidades identificadas pelo Grupo de Trabalho dos Povos Indígenas, e tem objetivos alinhados diretamente com a sociobioeconomia, tais como: atuar na implementação da política indígena e indigenista, a partir do reconhecimento, garantia, bem viver e promoção dos direitos dos povos indígenas, reconhecimento, demarcação, defesa, usufruto exclusivo e gestão das terras e dos territórios indígenas (BRASIL-MPI, 2024).

Também constatou-se que, a partir de 2021, houve um aumento significativo de financiamento para bioeconomia no Brasil, chegando a uma média anual de R\$16,57 bilhões de investimentos

entre 2021 e 2023 (CHIAVARI, 2024). Tais recursos são oriundos de fontes diversas e distribuídos em diferentes setores da bioeconomia, como a sociobioeconomia, com R\$ 4,21 bilhões destinados a projetos nas áreas de “produtos da biodiversidade, agricultura familiar, florestas nativas e políticas transversais” (Figura 1). Importante destacar também que a maioria dos recursos – 70% – vêm de instituições privadas, mostrando a importância destas para o financiamento dos projetos.

Esse aumento dos recursos também foi observado pelos pesquisadores Thiago Juruá Damo Ranzi, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Professora Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves da Universidade Federal do Amazonas, Professora Ruth Helena Cristo Almeida e Rodrigo Jesus Silva da Universidade Federal Rural da Amazônia, que relataram que nos últimos anos houve uma melhora significativa, em relação ao período de 2018 a 2022, quando os recursos ficaram “raros ou até mesmo inexistentes em algumas áreas”.

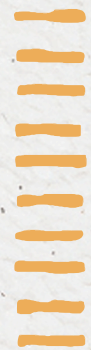
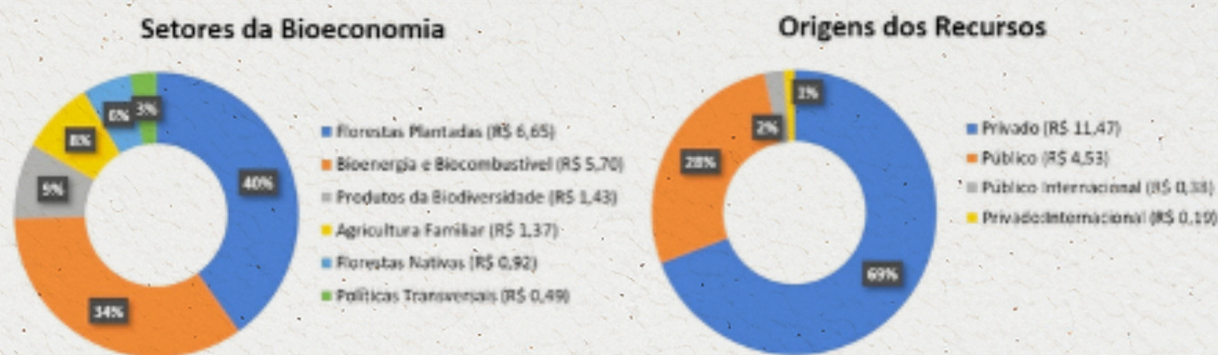


Figura 1. Média Anual em Bilhões de Fluxos de Financiamento em Bioeconomia no Brasil de 2021-2023, por setor da Bioeconomia e Origem dos Recursos.



Fonte: Buchner et al. (2023) e Chiavari et al. (2024).

Em 2024, as parcerias para captação de recursos continuaram acontecendo no Brasil, como na parceria entre Brasil e França com a previsão de investimento de 1 bilhão de euros (mais de R\$ 6 bilhões, na taxa de conversão de câmbio em 2025) na bioeconomia da Amazônia brasileira e da Guiana Francesa nos próximos 4 anos (BRASIL-MMA, 2024a). No documento intitulado “Declarações Brasil-França na área ambiental”, os governos se comprometem a apoiar os povos indígenas e as comunidades locais da Amazônia, que desempenham um papel essencial na proteção da biodiversidade por meio de seus conhecimentos tradicionais e de suas práticas de manejo florestal, promovendo desenvolvimento sustentável inclusivo, com maior participação de cientistas e dos saberes dos povos indígenas e dos povos e comunidades tradicionais (BRASIL-MMA, 2024b), interação essa que é tão necessária para o desenvolvimento da sociobioeconomia.



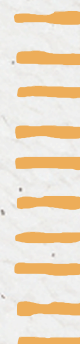
A FINEP também divulgou recentemente o documento intitulado “Pacto para uma Política de Ciência, Tecnologia e Inovação voltada para o desenvolvimento da Amazônia”, que foi produzido no Workshop “Iniciativas de Pesquisa e Inovação para a Amazônia”, que contou com a presença de 70 representantes do governo e da sociedade civil (empresários, trabalhadores e organizações sociais) de 43 instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação da região (FINEP, 2024b). Neste documento foram descritos critérios orientadores e recomendações para o fomento de iniciativas de ciência, tecnologia e inovação na Amazônia, entre as quais podemos citar:

Inclusão e Equidade: priorizar iniciativas que promovam a inclusão social e a equidade, beneficiando comunidades tradicionais e indígenas, além da agricultura familiar e dos contextos urbanos da Amazônia (FINEP, 2024c).

Integração de Saberes: valorizar propostas que integrem conhecimentos científicos com ciência indígena e conhecimentos tradicionais e ancestrais das populações amazônicas (FINEP, 2024c).

Observa-se que existe uma preocupação com a interação entre saberes da academia e povos tradicionais. No entanto, será que na prática isso acontece? Por qual motivo existem tantos fundos, iniciativas e recursos e as demandas dos projetos da sociobioeconomia ainda não estão sendo atendidas? Essas são perguntas intrigantes, pois há vários ângulos de interpretação.

Se formos examinar apenas a partir de um ângulo da academia, pode ser que haja pesquisadores que digam que os atuais editais e fundos estão atendendo suas demandas, uma vez que esses pesquisadores olham para as comunidades tradicionais apenas como área de estudo. No entanto, também dentro das universidades existem diversos pesquisadores que compreendem plenamente o conceito da sociobioeconomia e da importância do diálogo de saberes, e esses tendem a interpretar que os atuais financiamentos em sua grande maioria, atendem apenas à demanda da academia e empresas, e não das comunidades tradicionais.





Muitos dos editais disponibilizam recursos insuficientes por projeto, para as pesquisas a serem realizadas na Amazônia, o que inviabiliza diversos trabalhos em comunidades tradicionais. De acordo com o pesquisador Thiago Juruá e a Professora Maria do Socorro Rodrigues, “o alto custo do deslocamento e logística para acesso às comunidades (que são muito distantes dos grandes centros urbanos), acaba inviabilizando pesquisas”, uma vez que os editais oferecem recursos limitados. A Professora Rodrigues também relata “falta de sensibilidade e conhecimento das regiões, por parte dos responsáveis por editais nas agências de fomento” que muitas vezes “não entendem o tamanho da logística e dificuldades enfrentadas em expedições científicas na Amazônia, sendo esse um drama de longa data”, completa a Professora.

Também é necessário entender que boa parte dos atuais editais e projetos colocam os povos tradicionais como objeto de estudo e não como os agentes pesquisadores ou parceiros dos pes-

quisadores acadêmicos, o que é um “gargalo” que ainda precisa ser solucionado.

Um exemplo que podemos citar é a “Chamada FINEP Amazônia - Bioeconomia e Desenvolvimento Regional” que é uma parceria entre MCTI, FINEP e FNDCT e tem por objetivo: “Conceder recursos de subvenção econômica para o desenvolvimento de produtos ou processos inovadores em três linhas temáticas: 1. Bioeconomia a partir da Biodiversidade Amazônica; 2. Comunidades Resilientes e Sustentáveis; e 3. Desenvolvimento do Território Amazônico” (FINEP, 2024). Porém, o edital só atenderia pequenas, médias e grandes empresas, sendo que as pequenas empresas devem ter receita operacional bruta do ano anterior à proposta de no mínimo R\$4.800.000,00 (FINEP, 2024). Ou seja, esse edital exclui praticamente todas as comunidades tradicionais, suas cooperativas e associações, de submeterem propostas, devido ao valor elevado da receita bruta anual exigida.



Alguns editais exigem ou dão mais pontuação aos projetos que tenham atuação ou parceria com as comunidades e povos tradicionais, devendo inclusive apresentar anuência dos líderes locais. Existem inclusive editais que incentivam que propostas sejam co-criadas com o envolvimento de pesquisadores detentores de conhecimentos tradicionais, como é o exemplo do “Projeto Amazônia + 10”, que é uma iniciativa do CONFAP e CONSECTI, com parceria do CNPQ. O projeto tem como objetivo apoiar a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico sobre a floresta tropical, as interações natureza-sociedade e o desenvolvimento sustentável e inclusivo da região Amazônica (AMAZÔNIA+10, 2024). Em seu primeiro edital, foram financiados 39 projetos com mais de 50 milhões de reais em investimentos (FAPESP, 2022; AMAZÔNIA+10, 2024).

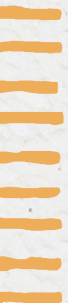
Segundo Jussara de Brito, coordenadora técnica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Acre (FAPAC), “os editais das chamadas AMAZÔNIA + 10, estão dando condições para a FAPAC voltar a funcionar ativamente, visto que de 2018 a 2022 a fundação ficou praticamente sem recursos para financiar projetos”, mostrando a precariedade de recursos no período citado.

Em sua segunda edição, a chamada denominada “Expedições Científicas – Iniciativa Amazônia +10”, o edital possuía 2 objetivos (A e F) diretamente ligados à sociobioeconomia (FAPESP, 2023):

a) Apoiar a organização de expedições científicas regulares ampliando o conhecimento acerca da sociobiodiversidade local;

...

f) Incentivar que as propostas sejam co-criadas com o envolvimento de pesquisadores detentores de conhecimentos tradicionais e de Povos Indígenas, Quilombolas e de Comunidades Tradicionais (PIQCT) locais e/ou indígenas na equipe.”



Então, conforme observado, o edital incentivava a participação de pesquisadores detentores de conhecimentos tradicionais na equipe, o que é um avanço importante em reconhecer a atuação com membros dos povos e comunidades tradicionais como pesquisadores. São poucos os editais que exijam que membros da comunidade atuem como pesquisadores e gestores dos projetos. Alguns até permitem e incentivam, porém, não colocam como obrigatório. De acordo com um consultor e apoiador do projeto Amazônia + 10; “estamos estudando a possibilidade de publicar um edital com foco na sociobiodiversidade e parcerias entre ICTs e comunidades tradicionais”. Isso é animador, porém por enquanto, ainda não acontece. Os recursos quase que em sua maioria ficam totalmente sob o comando das universidades e centros de pesquisa, e mais uma vez tendo pouca interação entre saberes acadêmicos e tradicionais.

Infelizmente, ainda temos editais que são publicados sem sequer uma consulta prévia ou participação das comunidades, por vezes em

áreas que não são prioritárias para as mesmas. Os ecossistemas de inovação, especialmente da sociobioeconomia amazônica, devem ser priorizados, ouvindo tanto a indústria como as comunidades tradicionais sobre os gargalos a serem enfrentados para as diferentes soluções para o desenvolvimento desses setores (FINEP, 2024c).

Também acontece com frequência a falta de continuidade nos projetos, fazendo com que as pesquisas iniciem e por falta de recursos parem antes do benefício real chegar para a comunidade. De acordo com o Professor Rodrigo Jesus, “muitos pesquisadores perdem a credibilidade com as comunidades locais devido a inúmeros trabalhos mal conduzidos ou que não tiveram continuidade com retorno para as comunidades”, e isso prejudica até mesmo pesquisas futuras, visto que, como a comunidade não teve um retorno, em outras oportunidades, algumas não têm interesse em participar e nem em colaborar com pesquisas em seus territórios.





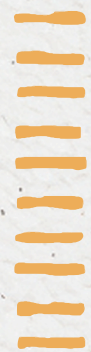
Há editais que não colocam impedimento para que cooperativas ou associações de comunidades tradicionais submetam propostas. No entanto, falta mão de obra qualificada em termos acadêmicos, para ter força em concorrer com os grupos de pesquisa bem estabelecidos. Segundo a Professora Maria do Socorro, “essa falta de mão de obra qualificada prejudica muito a captação do recurso, inclusive de editais específicos para esses grupos”.

Outro impasse corriqueiro é a falta de processo de gestão e documentações de cooperativas ou associações, que acabam não atendendo às exigências burocráticas dos editais, tendo também muitas comunidades que nem sequer estão em grupos organizados. O prof. Rodrigo Jesus também relata que “essa é uma grande dificuldade enfrentada pelas comunidades, que além de não concorrer a editais, também não conseguem financiamento em bancos”.

Se, por um lado, a burocracia é vista como “exagero”, por outro entende-se que essas exigências são devido a recursos que foram liberados e a prestação de contas não foi realizada conforme as

exigências – infelizmente muitas vezes devido à falta de capacitação e experiências dos líderes das cooperativas e ou associações. Isso também foi observado pelo pesquisador Thiago Juruá, relatando que “ocorre com frequência a falta de organização das comunidades para gerenciar os recursos”, sendo imprescindível a capacitação desses representantes, tanto para captação, gestão e prestação de contas em projetos, além de assessoria técnica para regularização dos documentos exigidos nos editais. Ações estas que são pouco desenvolvidas por universidades e órgãos governamentais.

Essa dificuldade na gestão dos recursos por parte das comunidades, associações, cooperativas e até mesmo fundos financeiros enseja o surgimento de novos empreendimentos e soluções, caso do Impact Bank - uma organização de serviços financeiros e de gestão para projetos de impacto social e ambiental, incluindo gestão financeira para o terceiro setor, intermediação de doações, câmbio, conta digital, criação de fundos, repasse de recursos para beneficiários e cooperados, entre outros (IMPACT BANK, 2024). Instituições como essa podem auxiliar as comunidades tradicionais, tanto na gestão como na captação de recursos.





Lamentavelmente, também existem editais que financiam projetos na Amazônia sem a exigência de que na equipe tenham representantes da região. De acordo com Paulo Renato Haddad, Presidente da Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de Rondônia (FAPERO), as agências de fomento e pesquisadores da Amazônia têm que lutar por três frentes específicas de recursos:

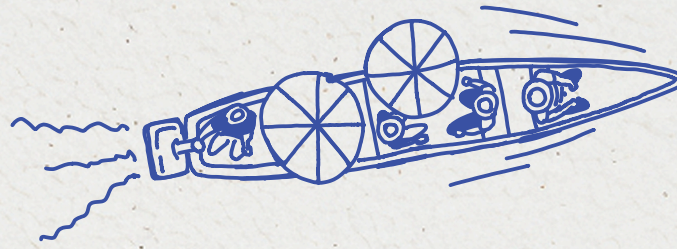
“Que o Fundo Amazônia efetivamente possa contribuir para que as pesquisas na Amazônia sejam executadas por Amazônidas (individualmente, em consórcios ou parcerias);

Que as entidades federais possam trabalhar pela redução das assimetrias dos investimentos federais de Ciência, Tecnologia e Inovação;

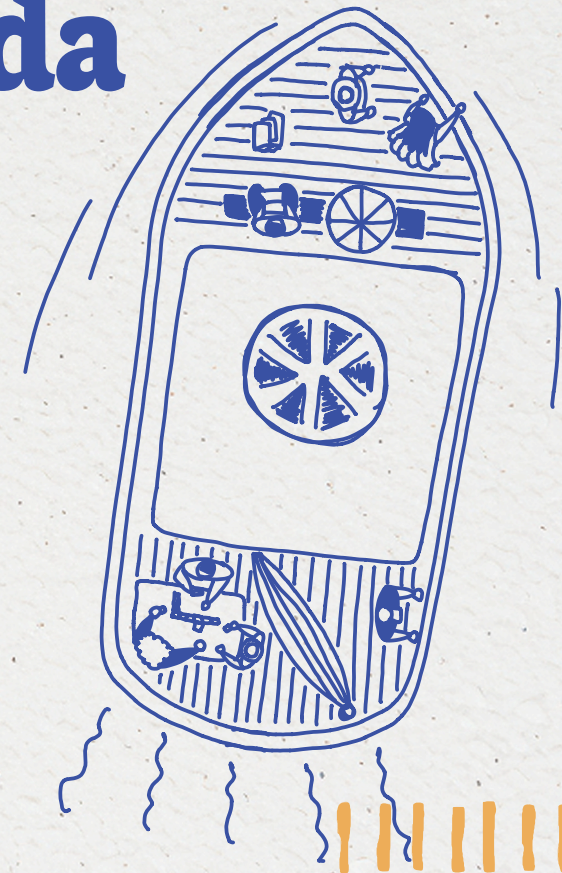
Que os recursos do Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia (CAPDA), referente a antiga “Lei de Informática” que estão na Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), sejam efetivamente distribuídos aos demais estados que compõem a SUFRAMA e não apenas entre as cidades do estado do Amazonas.”

As resoluções da SUFRAMA nº 2, de 31 de março de 2020 (SUFRAMA, 2020) e CAPDA/ME nº 30, de 14 de setembro de 2022 (SUFRAMA, 2022) determinam que no mínimo 15% do montante dos novos aportes de recursos destinados aos programas prioritários devem ser investidos fora da Região Metropolitana de Manaus. Porém, conforme Paulo Renato Haddad, “esse recurso fica muitas vezes em outras cidades do próprio estado do Amazonas e não chega aos outros estados que integram a SUFRAMA”, prejudicando assim os estados mais pobres da região.





4. Análise integrada dos achados



Para melhor compreensão e comparação entre as diferentes fontes de financiamento mapeadas, as observações a partir das entrevistas e pesquisas bibliográficas, foi realizada uma análise integrativa, observada no Quadro 2.

Quadro 2: Síntese das fontes de financiamento para projetos na Amazônia Brasileira para a sociobioeconomia

1 de 10

Fontes de Financiamento	Ano de Início	Gestor e Fonte de Recursos	Objetivo	Para quem é liberado o recurso*				Quais são os pontos positivos	Quais são os desafios que precisam ser solucionados?	Mecanismo de Financiamento	
				A	I	Q	R/A			R	NR
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);	1951	Ministério da Educação	Expansão e consolidação da Pós-Graduação Stricto Sensu (mestrado e doutorado) no Brasil.	X	-	-	-	É uma das principais agências de fomento à pesquisa e à produção científica do país, tendo fundamental importância para o andamento da Pós-graduação Stricto Sensu, onde ocorre a maioria das pesquisas científicas realizadas no Brasil.	Disponibilizar mais recursos para serem investidos na sociobioeconomia da Amazônia e publicar editais que exigem a participação de membros das comunidades tradicionais como agentes pesquisadores. Disponibilizar mais bolsas de pesquisa para a Amazônia.	-	X
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ);	1951	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Fomentar a ciência, tecnologia e inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional.	X	-	-	-	Desde sua criação, o CNPq foi o principal órgão de financiamento da pesquisa no país, além de formulador da política científica.	A região amazônica recebe aproximadamente apenas 10% dos investimentos em pesquisa no Brasil, sendo necessário ter políticas para aumentar os investimentos nessa região, principalmente na área da sociobioeconomia. Participação de membros das comunidades tradicionais como agentes pesquisadores. Criar políticas públicas para a distribuição de bolsas a membros de comunidades tradicionais participantes de projetos de pesquisa que possuem conhecimentos tradicionais, valorizando assim os saberes ancestrais. Permitir que membros vinculados a comunidades tradicionais possam submeter projetos de pesquisa como coordenadores e que os recursos dos projetos possam vir diretamente para as comunidades.	-	X
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT);	1969	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Financiar a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico com vistas a promover o desenvolvimento econômico e social do país.	X	-	-	-	Está entre os principais financiadores da ciência brasileira, possuindo fundos setoriais específicos como “Fundo Setorial da Amazônia” e “Fundo Setorial de Biotecnologia”.	Aumentar os investimentos no “Fundo Setorial da Amazônia” e “Fundo Setorial de Biotecnologia”.	X	X
*As áreas prioritárias foram descritas no tópico 2.1, A: Academia; I: Indígenas, Q: Quilombolas, R/A: ribeirinhos e agroextrativistas; S: Sim, N: Não, P: Parcialmente. R: Reembolsável, NR: Não Reembolsável.											



Quadro 2: Síntese das fontes de financiamento para projetos na Amazônia Brasileira para a sociobioeconomia

2 de 10

Fontes de Financiamento	Ano de Início	Gestor e Fonte de Recursos	Objetivo	Para quem é liberado o recurso*				Quais são os pontos positivos	Quais são os desafios que precisam ser solucionados?	Mecanismo de Financiamento	
				A	I	Q	R/A			R	NR
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP);	1967	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas.	X	X	X	X	O apoio da Finep abrange todas as etapas e dimensões do ciclo de desenvolvimento científico e tecnológico: pesquisa básica, pesquisa aplicada, inovações e desenvolvimento de produtos, serviços e processos. A Finep apoia, ainda, a incubação de empresas de base tecnológica, a implantação de parques tecnológicos, a estruturação e consolidação dos processos de pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em empresas já estabelecidas, e o desenvolvimento de mercados.	As regras burocráticas para obter financiamento na maioria das vezes excluem os pequenos grupos de povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades extrativistas e comunidades ribeirinhas. Desenvolver um programa mais flexível (menos burocrático) para poder atender as comunidades tradicionais.	X	X
Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs);	2008	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Promoção de ações que fortalecem colaborações com grupos de excelência de países líderes na respectiva área de atuação, facilitando a inserção da ciência e tecnologia brasileira no cenário internacional.	X	-	-	-	O trabalho em rede, abrangendo regiões diferentes e pesquisadores de todo o país. Os INCTs produzem pesquisa de alta qualidade com resultados relevantes para a sociedade brasileira. Tem atuação importante na formação de recursos humanos e de transferência de conhecimentos, tecnologias e inovações para a sociedade e para os setores público e empresarial.	Tem pouca interação com os saberes tradicionais.	-	X
*As áreas prioritárias foram descritas no tópico 2.1, A: Academia; I: Indígenas, Q: Quilombolas, R/A: ribeirinhos e agroextrativistas; S: Sim, N: Não, P: Parcialmente. R: Reembolsável, NR: Não Reembolsável.											



Quadro 2: Síntese das fontes de financiamento para projetos na Amazônia Brasileira para a sociobioeconomia

3 de 10

Fontes de Financiamento	Ano de Início	Gestor e Fonte de Recursos	Objetivo	Para quem é liberado o recurso*				Quais são os pontos positivos	Quais são os desafios que precisam ser solucionados?	Mecanismo de Financiamento	
				A	I	Q	R/A			R	NR
Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência Tecnologia e Inovação (CONSECTI);	2005	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Contribuir para o aperfeiçoamento da política nacional e regional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Coordenar e articular interesses comuns das secretarias de Ciência, Tecnologia e Inovação dos Estados, Distrito Federal e Órgãos congêneres.	X	-	-	-	Importante articulador para recebimento e investimentos de recursos para aplicação na Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.	Propor parcerias para maior investimento na sociobioeconomia da Amazônia Brasileira.	-	X
Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP);	2006	CONFAP com diversos parceiros.	Promover uma melhor articulação dos interesses das agências estaduais de fomento à pesquisa científica, tecnológica e de inovação no Brasil.	X	-	-	-	Funciona como entidade de coordenação e articulação dos interesses das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa dos Estados, do Distrito Federal e entidades equivalentes. Proporciona uma rede de colaboradores para financiamentos de projetos em rede, como o exemplo da iniciativa Amazônia + 10. É uma instância de intercâmbio de experiências, informações, cooperação técnica e capacitação entre os seus membros.	Publicar editais que exigem a participação de membros das comunidades tradicionais como agentes pesquisadores. Permitir que membros vinculados a comunidades tradicionais possam submeter projetos de pesquisa como coordenadores e que os recursos dos projetos possam vir diretamente para as comunidades. Criar políticas públicas para a distribuição de bolsas a membros de comunidades tradicionais participantes de projetos de pesquisa que possuem conhecimentos tradicionais, valorizando assim os saberes ancestrais. Ouvir as comunidades tradicionais e os representantes das universidades e centros de pesquisa, antes da publicação dos editais. Desta forma, fazer com que o recurso seja aplicado realmente em áreas prioritárias.	-	X

*As áreas prioritárias foram descritas no tópico 2.1, A: Academia; I: Indígenas, Q: Quilombolas, R/A: ribeirinhos e agroextrativistas; S: Sim, N: Não, P: Parcialmente. R: Reembolsável, NR: Não Reembolsável.



Quadro 2: Síntese das fontes de financiamento para projetos na Amazônia Brasileira para a sociobioeconomia

4 de 10

Fontes de Financiamento	Ano de Início	Gestor e Fonte de Recursos	Objetivo	Para quem é liberado o recurso*				Quais são os pontos positivos	Quais são os desafios que precisam ser solucionados?	Mecanismo de Financiamento	
				A	I	Q	R/A			R	NR
Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs);*	1962 em diante	CONFAP, Governos Estaduais e diversos parceiros.	Viabilizam a descentralização dos investimentos em ciência e tecnologia no país, promovendo o desenvolvimento regional e diminuindo as desigualdades. Apoiar as universidades, as instituições de pesquisa e os pesquisadores, além de garantir a manutenção e expansão da infraestrutura científica de cada estado.	X	-	-	-	As FAPS são os principais órgãos estaduais responsáveis pelo financiamento de projetos de pesquisa científica e tecnológica. Elas disponibilizam recursos para cientistas dos respectivos estados, viabilizando estudos inovadores de interesse regional em diversas áreas do conhecimento.	Publicar editais que exigem a participação de membros das comunidades tradicionais como agentes pesquisadores. Permitir que membros vinculados a comunidades tradicionais possam submeter projetos de pesquisa como coordenadores e que os recursos dos projetos possam vir diretamente para as comunidades. Criar políticas públicas para a distribuição de bolsas a membros de comunidades tradicionais participantes de projetos de pesquisa que possuem conhecimentos tradicionais, valorizando assim os saberes ancestrais. Ouvir as comunidades tradicionais e os representantes das universidades e centros de pesquisa, antes da publicação dos editais. Desta forma, fazer com que o recurso seja aplicado realmente em áreas prioritárias;	-	X
Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio);	2004	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Promover o desenvolvimento de pesquisa, a formação e capacitação de recursos humanos e o fortalecimento institucional na área de pesquisa e desenvolvimento da diversidade biológica, em conformidade com as Diretrizes da Política Nacional de Biodiversidade.	X	-	-	-	É um dos maiores programas de pesquisa em biodiversidade já desenvolvido no Brasil. Instalou centros de pesquisa ecológica de longa duração em todo o país. O programa apoia todos os aspectos de pesquisa necessários para entender a biodiversidade e os processos que a afetam. Existem atualmente mais de 160 locais de amostragem, permitindo comparações entre biomas e ao longo do tempo. Até o momento, existem cerca de 1.200 publicações associadas ao PPBio que abrangem temas que vão desde história natural até genética e distribuição de espécies.	Publicar editais que exigem a participação de membros das comunidades tradicionais como agentes pesquisadores. Permitir que membros vinculados a comunidades tradicionais possam submeter projetos de pesquisa como coordenadores e que os recursos dos projetos possam vir diretamente para as comunidades.	-	X
*As áreas prioritárias foram descritas no tópico 2.1, A: Academia; I: Indígenas, Q: Quilombolas, R/A: ribeirinhos e agroextrativistas; S: Sim, N: Não, P: Parcialmente. R: Reembolsável, NR: Não Reembolsável.											

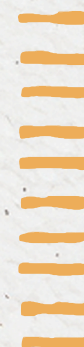


Quadro 2: Síntese das fontes de financiamento para projetos na Amazônia Brasileira para a sociobioeconomia

5 de 10

Fontes de Financiamento	Ano de Início	Gestor e Fonte de Recursos	Objetivo	Para quem é liberado o recurso*				Quais são os pontos positivos	Quais são os desafios que precisam ser solucionados?	Mecanismo de Financiamento	
				A	I	Q	R/A			R	NR
Fundo Amazônia;	2008	BNDES Oriundo de doações da Petrobrás (0,5%), da Noruega (93,8%) e da Alemanha (5,7%).	Captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal	X	X	X	X	São recursos específicos para promover projetos de prevenção e combate ao desmatamento, conservação e uso sustentável das florestas no bioma amazônico. Buscam a democratização do seu acesso.	Difícil acesso por pequenas organizações de base comunitária, privilegiando organizações em rede, de maior capacidade administrativa e financeira; complexidade nas informações exigidas para submissão e na prestação de contas. Criar linhas específicas para pequenas organizações; proporcionar processos formativos previamente ao lançamento do edital; desburocratizar e tornar mais simples os processos de submissão e prestação de contas.	-	X
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO);	1995	Conselho deliberativo, formado por lideranças dos segmentos ambientalista, empresarial, acadêmico e governamental	Aportar recursos estratégicos para a conservação da biodiversidade.	X	X	X	X	Cada vez mais organizações indígenas estão aptas para receber e gerir os seus próprios projetos, sendo observado um amadurecimento da organização interna das comunidades.	Estruturar processos que tenham mais aderência à realidade das comunidades indígenas, fazendo a interação entre povos indígenas e não-indígenas.	-	X
Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)	1974	Banco da Amazônia	Assegurar os recursos necessários à implantação de projetos considerados pelo Ministério da Integração Nacional, como de interesse para o desenvolvimento da Amazônia Legal, que compreende os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão.	-	X	X	X	Incentiva empreendimentos econômicos constituídos na forma de sociedade por ações, com capacidade de promover o desenvolvimento regional.	Criar condições especiais para cooperativas de povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades extrativistas e comunidades ribeirinhas que atuem na sociobioeconomia.	X	-

*As áreas prioritárias foram descritas no tópico 2.1, A: Academia; I: Indígenas, Q: Quilombolas, R/A: ribeirinhos e agroextrativistas; S: Sim, N: Não, P: Parcialmente. R: Reembolsável, NR: Não Reembolsável.



Quadro 2: Síntese das fontes de financiamento para projetos na Amazônia Brasileira para a sociobioeconomia

6 de 10

Fontes de Financiamento	Ano de Início	Gestor e Fonte de Recursos	Objetivo	Para quem é liberado o recurso*				Quais são os pontos positivos	Quais são os desafios que precisam ser solucionados?	Mecanismo de Financiamento	
				A	I	Q	R/A			R	NR
Fundo Socioambiental da Caixa	2010	Caixa	Apoiar projetos e investimentos de caráter social e ambiental, que se enquadrem nos programas e ações da empresa e sejam vinculados ao desenvolvimento sustentável.	X	X	X	X	Oferece incentivo financeiro a negócios sustentáveis, com condições diferenciadas no financiamento da aquisição de bens, projetos e atividades econômicas que possuam adicionalidades socioambientais.	Difícil acesso por pequenas organizações de base comunitária, privilegiando organizações em rede, de maior capacidade administrativa e financeira; complexidade nas informações exigidas para submissão e na prestação de contas. Criar linhas específicas para pequenas organizações; proporcionar processos formativos previamente ao lançamento do edital; desburocratizar e tornar mais simples os processos de submissão e prestação de contas.	X	X
Fundação Banco do Brasil	1985	Banco do Brasil	Promover a inclusão socioprodutiva, por meio das tecnologias sociais, priorizando ações no meio urbano e rural em cinco áreas: água, agroecologia, agroindústria, resíduos sólidos e educação.	X	X	X	X	Apoia projetos sociais voltados ao desenvolvimento sustentável, à inclusão socioprodutiva e à replicação de tecnologias sociais. Busca a democratização de seu acesso	Difícil acesso por pequenas organizações de base comunitária, privilegiando organizações em rede, de maior capacidade administrativa e financeira; complexidade nas informações exigidas para submissão Possibilitar que pequenas organizações de base comunitária possam acessá-lo.	-	X
Fundo de Biodiversidade da Amazônia (ABF);	2019	Consultoria britânica Impact Earth; recursos de investidores como BNDES, Soros Development Fund e outros.	Conservação e recuperação da biodiversidade na Amazônia Legal Brasileira.	X	X	X	X	Investimentos em empresas que recuperam áreas degradadas e promovem agroflorestas. Ampliação do portfólio de investimentos e fortalecimento de parcerias locais.	Desafios na captação de recursos e na atração de investidores devido a riscos percebidos na região. Estruturar mecanismos de financiamento inovadores, como blended finance, para atrair capital privado.	-	X
*As áreas prioritárias foram descritas no tópico 2.1, A: Academia; I: Indígenas, Q: Quilombolas, R/A: ribeirinhos e agroextrativistas; S: Sim, N: Não, P: Parcialmente. R: Reembolsável, NR: Não Reembolsável.											



Quadro 2: Síntese das fontes de financiamento para projetos na Amazônia Brasileira para a sociobioeconomia

7 de 10

Fontes de Financiamento	Ano de Início	Gestor e Fonte de Recursos	Objetivo	Para quem é liberado o recurso*				Quais são os pontos positivos	Quais são os desafios que precisam ser solucionados?	Mecanismo de Financiamento	
				A	I	Q	R/A			R	NR
Fundo DEMA	2004	Gerido pela FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional); recursos provenientes de doações e parcerias.	Apoiar, por meio de chamadas públicas lançadas ao longo de três anos, a seleção de subprojetos socioambientais de pequeno valor.	-	X	X	X	Histórico de apoio a mais de 600 iniciativas comunitárias, beneficiando milhares de famílias. Fortalece monitoramento e avaliação para aprimorar os projetos apoiados.	Limitação de recursos para atender a todas as demandas das comunidades. Ampliar parcerias e fontes de financiamento para aumentar a capacidade de apoio.	-	X
Fundo BAOBÁ	2011	Fundo Baobá.	Mobilizar recursos e apoiar projetos que combatem desigualdades estruturais enfrentadas pela população negra	-	-	-	X	Primeiro e único fundo dedicado exclusivamente ao enfrentamento do racismo e à promoção da equidade racial no Brasil. Atua diretamente no fortalecimento de organizações e lideranças negras. Atuar mais fortemente na articulação de políticas públicas para garantir direitos e reduzir desigualdades raciais. Produz estudos e relatórios que orientam os tomadores de decisão e influenciam políticas públicas.	Desafios na Captação de Recursos: Fortalecer parcerias com grandes empresas e filantropos. Desenvolver campanhas de arrecadação junto à sociedade civil. Criar produtos financeiros (como fundos de investimento social) que direcionem parte dos rendimentos para o Baobá.	-	X
Fundo Podáali	2020	Movimento indígena da Amazônia.	Promover e fortalecer a autonomia, os direitos indígenas, a gestão territorial e ambiental sendo referência na captação, gestão e repasse de recursos para povos, organizações e comunidades indígenas da Amazônia Brasileira	-	X	-	-	Participação ampla dos territórios, das organizações, dos povos indígenas nos processos de repasse e gestão dos recursos.	Fazer com que esses recursos cheguem em todos os territórios da Amazônia Brasileira.	-	X
*As áreas prioritárias foram descritas no tópico 2.1, A: Academia; I: Indígenas, Q: Quilombolas, R/A: ribeirinhos e agroextrativistas; S: Sim, N: Não, P: Parcialmente. R: Reembolsável, NR: Não Reembolsável.											



Quadro 2: Síntese das fontes de financiamento para projetos na Amazônia Brasileira para a sociobioeconomia

8 de 10

Fontes de Financiamento	Ano de Início	Gestor e Fonte de Recursos	Objetivo	Para quem é liberado o recurso*				Quais são os pontos positivos	Quais são os desafios que precisam ser solucionados?	Mecanismo de Financiamento	
				A	I	Q	R/A			R	NR
Fundo Indígena do Rio Negro (FIRN)	1987	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) - compartilha a gestão executiva e captação de recursos com o Instituto Socioambiental (ISA)	Fortalecer as associações indígenas filiadas à FOIRN e os saberes e as práticas dos povos rionegrinos.	-	X	-	-	A necessidade de aprender e lidar com conceitos financeiros ocidentais pode impactar o modo de vida tradicional das comunidades indígenas.	O grande desafio está em criar um equilíbrio entre autonomia e suporte técnico, garantindo que as associações tenham condições de gerir seus projetos sem perder sua identidade cultural.	-	X
Fundo Indígena Rutî	2023	Gerido pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR)	Promover e potencializar o fortalecimento das comunidades indígenas, seus modos de vida e a sustentabilidade econômica dos territórios indígenas de Roraima, por meio do apoio a projetos familiares, comunitários e regionais na área de atuação do CIR.	-	X	-	-	Capacidade das organizações indígenas de gerir seus próprios recursos, promovendo maior independência financeira.	Captar recursos e destinar às comunidades.	-	X
Fundo de Bioeconomia da Amazônia do Green Climate Fund;	2010	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); recursos do Green Climate Fund.	Contribui para reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e aumentar a resiliência de cadeias de valor e ecossistemas.	X	X	X	X	Monitorar continuamente os resultados e ajustar estratégias conforme necessário para maximizar o impacto.	Complexidade na implementação devido à abrangência geográfica e diversidade de projetos. Estabelecer parcerias locais e regionais para facilitar a execução e monitoramento dos projetos.	-	X
*As áreas prioritárias foram descritas no tópico 2.1, A: Academia; I: Indígenas, Q: Quilombolas, R/A: ribeirinhos e agroextrativistas; S: Sim, N: Não, P: Parcialmente. R: Reembolsável, NR: Não Reembolsável.											

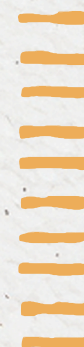


Quadro 2: Síntese das fontes de financiamento para projetos na Amazônia Brasileira para a sociobioeconomia

9 de 10

Fontes de Financiamento	Ano de Início	Gestor e Fonte de Recursos	Objetivo	Para quem é liberado o recurso*				Quais são os pontos positivos	Quais são os desafios que precisam ser solucionados?	Mecanismo de Financiamento	
				A	I	Q	R/A			R	NR
Ford Foundation	1936	Fundação privada com recursos próprios e de doações; atua globalmente.	Comprometida com a promoção da justiça social e redução das desigualdades em todo o mundo.	X	X	X	X	Histórico de apoio a iniciativas significativas em diversas áreas sociais e ambientais. Fortalecer parcerias locais e regionais para potencializar os resultados dos projetos apoiados.	Possível dispersão de recursos devido à ampla gama de áreas de atuação. Focar em áreas estratégicas e estabelecer critérios claros de seleção de projetos para otimizar o	-	X
Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA);	2000	JICA	Apoio para conter o desmatamento ilegal e promover a preservação das florestas e do meio ambiente no Brasil, objetivando um desenvolvimento sustentável, com as florestas e o ambiente natural devidamente conservados..	X	-	-	-	Apoia projetos de universidades e centros de pesquisa na Amazônia brasileira	São projetos de cooperação técnica firmados com instituições públicas; Para os atendimentos direto aos povos e comunidades tradicionais, deveriam criar linhas específicas para as organizações de base comunitária.	-	X
Outros fundos de instituições bancárias privadas como a Fundação Bradesco, Fundação Santander, Fundação Itaú, entre outros.	Vários	Bancos	Apoiar projetos socioambientais.	X	-	-	-	Atendem ao público deste estudo. Melhorar a informação sobre o acesso aos editais.	São esporádicos e de difícil acesso por organizações de base comunitária. Desburocratizar e tornar mais simples os processos de submissão.	-	X
Compensações ambientais (exemplo: PDRSX/ Construção da UHE Belo Monte)	Vários	Grandes Empreendimentos	Mitigar impactos socioambientais causados por grandes empreendimentos hidrelétricos, minerais, manejo florestal empresarial, entre outros.	X	X	X	X	Redução nas exigências; público específico impactado pelo empreendimento.	Formação contínua para acesso aos recursos; acesso por parte de grupos não formais.	-	X

*As áreas prioritárias foram descritas no tópico 2.1, A: Academia; I: Indígenas, Q: Quilombolas, R/A: ribeirinhos e agroextrativistas; S: Sim, N: Não, P: Parcialmente. R: Reembolsável, NR: Não Reembolsável.



Quadro 2: Síntese das fontes de financiamento para projetos na Amazônia Brasileira para a sociobioeconomia

10 de 10

Fontes de Financiamento	Ano de Início	Gestor e Fonte de Recursos	Objetivo	Para quem é liberado o recurso*				Quais são os pontos positivos	Quais são os desafios que precisam ser solucionados?	Mecanismo de Financiamento	
				A	I	Q	R/A			R	NR
Fundos de organizações não governamentais como o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), Fundo Socioambiental CASA, entre outros;	Vários	Vários doadores	Apoiar projetos socioambientais.	X	X	X	X	Atendem ao público deste estudo	Dependem dos doadores para a oferta de editais; melhorar a informação sobre o acesso aos editais; oferecer capacitação prévia sobre o edital para as organizações de base comunitária.	-	X
Mecanismo de Financiamento Amazônia Viva”(Programa Natura Amazônia).	2011	A Natura, a Good Energies Foundation, o Fundo Vale e IFC são investidores iniciais, VERT e FUNBIO são cogestores	Mecanismo de financiamento híbrido que une capital privado e filantrópico para fortalecer a sociobioeconomia na região	-	x	x	x	O mecanismo visa estimular a bioeconomia, evitar atravessadores e promover o acesso ao mercado para os produtores locais	Editais de abrangência focada nas comunidades (cooperativas e associações) da rede de relação da Natura na Amazônia brasileira	x	x
*As áreas prioritárias foram descritas no tópico 2.1, A: Academia; I: Indígenas, Q: Quilombolas, R/A: ribeirinhos e agroextrativistas; S: Sim, N: Não, P: Parcialmente. R: Reembolsável, NR: Não Reembolsável.											



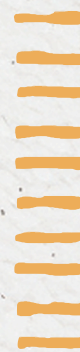


O quadro 2 apresenta fontes de financiamento para projetos reembolsáveis e não reembolsáveis, desenvolvidos por diferentes segmentos, tais como: universidade e instituições de pesquisa, comunidades quilombolas, povos indígenas, comunidades extrativistas e ribeirinhas, organizações não governamentais, empresas e investidores. Em seguida, são discutidos os investimentos nos diferentes grupos.

4.1. FINANCIAMENTO DE PESQUISA E INOVAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA PARA A ACADEMIA

O CNPQ, CAPES e FNDCT estão entre os principais financiadores para a pesquisa no Brasil (DUDZIAK, 2025), disponibilizando recursos para as universidades e centros de pesquisa. Estas instituições recebem e realizam a gestão dos recursos, porém infelizmente ainda com pouca ou nenhuma participação de representantes de comunidades tradicionais como agentes pesquisadores, o que é de fundamental importância para o desenvolvimento regional e a valorização dos saberes ancestrais.

Em 2023 e 2024, o FNDCT investiu 26,3 bilhões de reais nas áreas científica e tecnológica, porém apenas 3,4 bilhões (12,9%) foram direcionados para o programa Pró-Amazônia, cujo objetivo é gerar conhecimento sobre a sociobiodiversidade amazônica (BIAGINI, 2024). Dados semelhantes são observados no CNPQ e CAPES, nos quais de 2016 a 2022 a região amazônica recebeu apenas 10% de todo o orçamento federal disponibilizado para subsidiar projetos de pesquisa - e em 2022 obteve apenas 13% das bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado (YOSHIE, 2024; STEGMANN, 2024). Cerca de 90% de todos os subsídios e bolsas de pesquisa disponíveis para a região estão concentrados nas capitais Belém (PA) e Manaus (AM). Estas duas cidades detêm 90% das bolsas de pesquisa da CAPES e 92% dos recursos disponibilizados pelo edital Universal (CNPQ) (MARDOCK, 2024), mostrando que mesmo dentro da região amazônica não há equidade na distribuição dos recursos.





Conforme podemos observar, é discrepante a distribuição de recursos federais entre as regiões brasileiras. A região norte representa 59% de todo o território nacional, com aproximadamente 87% da Amazônia brasileira e a maior biodiversidade do país (MARDOCK, 2024). Muitas destas áreas sequer foram pesquisadas, tendo um potencial biotecnológico ainda “subnotificado”. Por outro lado, a região Sudeste, que representa apenas 12% do território brasileiro, recebe quinze vezes mais recursos para pesquisas em biodiversidade em relação à região Norte. Em proporções, enquanto o Norte recebe 0,13 dólares por km², o Sudeste chega a receber 2 dólares por km² (MARDOCK, 2024). Esse relativamente baixo investimento na região amazônica não é exclusivo para a área da sociobiodiversidade, mas em todas as áreas da ciência (STEGMANN, 2024).

Constatou-se que as atuais fontes de financiamento não estão atendendo às demandas da região norte. Os dados acima descritos mostram a contradição entre a importância da região amazônica (tão mencionada por autoridades no âmbito nacional como internacional) e o que realmente a região recebe em investimentos. É fundamental e urgente a implantação de estratégias para redu-



ção das assimetrias nos investimentos federais de Ciência, Tecnologia e Inovação. É importante que os editais tenham métricas diferenciadas, com maior investimento em pesquisas com relevância socioambiental na Amazônia Brasileira, que necessita de mais investimento científico para conhecimento e preservação das riquezas naturais. No mesmo sentido, é importante a descentralização dos recursos recebidos pela região Norte das grandes capitais Manaus e Belém, para possibilitar maior investimento no interior e em outros estados da Amazônia, inclusive na inclusão dos povos tradicionais e comunidades locais.

No artigo intitulado “Financiamento público brasileiro para pesquisa sobre biodiversidade na Amazônia” (Stegmann et al., 2024) os autores indicam a criação de um “Fundo Nacional Específico para Pesquisa na Amazônia”, para financiar estudos de biodiversidade, a fim de ajudar a evitar e mitigar tanto a crise climática quanto a da biodiversidade. Os mesmos autores destacam ainda que esse fundo deve constituir uma política científica nacional permanente, podendo ser um divisor de águas para a infraestrutura e investimentos científicos na região.





Observa-se também a necessidade de maior valorização dos membros de comunidades tradicionais, com criação de políticas públicas para a distribuição de bolsas de pesquisa pelo CNPQ e CAPES aos detentores de saberes tradicionais, que muitas vezes são utilizados nas pesquisas, sem uma valorização satisfatória.

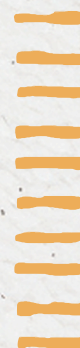
4.2. FINANCIAMENTO PARA POVOS INDÍGENAS

No que diz respeito aos povos indígenas, observam-se dados preocupantes. Os investimentos do Fundo Amazônia ao longo de 17 anos revelam uma participação limitada das organizações indígenas na gestão direta dos recursos destinados à preservação ambiental (INFOAMAZONIA, 2025). Dos 119 projetos aprovados, apenas quatro foram geridos por entidades indígenas, representando cerca de 3% do total de projetos. No que diz respeito ao montante, menos de 2% (R\$ 56,7 milhões) foram destinados diretamente a entidades lideradas por povos indígenas (INFOAMAZONIA, 2025). Discrepância semelhante é observada nos recursos oriundos de doadores bilaterais e multilaterais de organizações fi-

lantrópicas privadas entre 2011 e 2020, que somaram 270 milhões de dólares, o que equivale a menos de 1% da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) para mitigação e adaptação às mudanças climáticas (INESC, 2023).

Em 2024, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou um aporte adicional de R\$ 113,7 milhões ao Fundo Amazônia para apoiar povos indígenas. Deste montante, apenas cerca de R\$ 17 milhões foram destinados diretamente a organizações indígenas, o que representa um percentual irrisório dos recursos investidos em pesquisas no Brasil (SECOM, 2024).

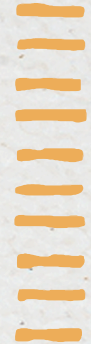
Paralelamente, iniciativas como o Fundo Rutî, criado pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR), buscam fortalecer a autonomia financeira e a gestão sustentável das comunidades indígenas. O Fundo atua em 35 terras indígenas que abrangem aproximadamente 15,7 milhões de hectares em Roraima (FUNDO INDÍGENA RUTÎ, 2025). Ele lançou um edital de R\$ 2,75 milhões para investimentos em projetos que variam de R\$ 25 mil a R\$ 150 mil (FUNDO INDÍGENA RUTÎ, 2025).





Outro mecanismo financeiro importante é o Fundo Indígena do Rio Negro, essencial para fortalecer as comunidades indígenas, focando na preservação cultural, sustentabilidade e soberania alimentar. Contudo, há desafios, como a integração das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e a adaptação ao sistema administrativo do “mundo branco”. Melhorias nesses aspectos podem potencializar os impactos dos projetos.

Além dos mecanismos financeiros gerenciados pelos povos indígenas, também existem iniciativas como o Fundo Lira, que financia projetos para comunidades tradicionais. Esse é um modelo bem estruturado para fortalecer comunidades tradicionais, promovendo autonomia financeira, respeito aos saberes ancestrais e desenvolvimento sustentável. Esse Fundo em 2025 já disponibilizou 5 milhões de reais em uma chamada pública de apoio a projetos para iniciativas comunitárias sustentáveis em áreas protegidas da Amazônia (FUNDO LIRA, 2025). A participação das comunidades e a integração das ICTs são pontos positivos, mas é necessário monitorar os resultados e garantir apoio contínuo, assistência técnica e flexibilidade para o sucesso dos projetos.



Dados mostram a discrepância entre os recursos destinados à preservação ambiental no Brasil e quanto realmente chega para a gestão das organizações indígenas. Iniciativas como o Fundo Rutê e o Fundo Indígena do Rio Negro são importantes, mas há a necessidade de melhorar os mecanismos de financiamento para garantir maior autonomia financeira. A integração das ICTs e o apoio a modelos colaborativos também são fundamentais para maximizar o impacto dos projetos.

Esses dados evidenciam a necessidade de aprimorar os mecanismos de financiamento existentes e criar novas alternativas que atendam às realidades específicas das comunidades indígenas na Amazônia. A promoção de editais mais inclusivos e a redução da burocracia são passos fundamentais para garantir que os recursos destinados à preservação ambiental, ao desenvolvimento sustentável e à sociobioeconomia cheguem efetivamente às mãos daqueles que estão na linha de frente da conservação: os povos indígenas.



4.3. FINANCIAMENTO PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS, EXTRATIVISTAS E RIBEIRINHOS

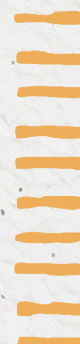
Outras comunidades tradicionais que têm fundamental importância para a Amazônia são os ribeirinhos, agroextrativistas e quilombolas, que também sofrem com dificuldades no acesso a recursos. O quadro 2 revela a existência de mecanismos de financiamento disponíveis para PIQCTs. Dentre os achados, destacam-se os fundos governamentais liderados pelo Fundo Amazônia, a mais robusta fonte de financiamento para projetos de prevenção e combate ao desmatamento, conservação e uso sustentável da biodiversidade Amazônica, tendo como proponente, sobretudo, as organizações públicas e as organizações não governamentais.

Por outro lado, os fundos geridos por organizações não-governamentais vêm desempenhando um papel significativo no apoio a projetos para os segmentos de PIQCTs. Por exemplo o Fundo DEMA, cujos recursos são oriundos de compensações ambientais e repassados para a Federação de Órgãos para Assistência Social e

Educacional (FASE) através do Fundo Amazônia. Esse fundo tem desempenhado um papel relevante na região amazônica ao apoiar iniciativas produtivas sustentáveis, promovendo a geração de renda, capacitação comunitária e recuperação ambiental (FUNDO AMAZÔNIA, 2024).

Por meio de editais, o Fundo DEMA disponibiliza recursos através de fundos específicos como o Fundo Autônomo de Mulheres, o Fundo Barcarena e Abaetetuba, o Fundo Quilombola Mizizi Dudu e a Articulação Indígena.

Apesar das limitações geográficas, o Fundo DEMA se destaca como uma experiência exitosa de financiamento para projetos sociais, uma vez que suas exigências são menores - possibilitando o acesso de organizações de base comunitária com menor capacidade de alcance aos fundos governamentais como o Fundo Amazônia, o Fundo Socioambiental da Caixa e a Fundação Banco do Brasil, cujas exigências impedem a participação direta dessas organizações.

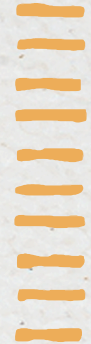




Cabe destacar outros fundos geridos por organizações não-governamentais como o Fundo Casa Socioambiental, cuja fonte de recursos são fundos internacionais e governamentais, chegando inclusive às organizações que não possuem uma entidade representativa legalmente constituída, pois podem ter seus projetos apresentados por uma outra organização que será a proponente.

O Fundo Amazônia também investiu nessas comunidades, apoiando mais de 100 projetos, com um investimento total de quase R\$2,5 bilhões, dos quais mais de R\$1,5 bilhão já foi implementado (BNDES, 2024). O Fundo Amazônia também possui o Programa Amazônia Agroecológica, que visa promover práticas agroecológicas sustentáveis em comunidades tradicionais da região, cujas principais ações incluem a chamada pública que selecionou 42 projetos socioambientais, totalizando um investimento aproximado de R\$ 3 milhões, além do Bolsa Floresta, que busca fomentar a bioeconomia e o turismo de base comunitária na Amazônia (BNDES, 2024).

Outro fundo a investir nessas comunidades é o Fundo de Biodiversidade da Amazônia (ABF),

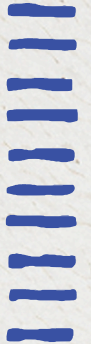


que de 2019 a 2024 já investiu R\$85 milhões e tem uma previsão de até o final de 2025 de investir mais de R\$250 milhões (CARDIAL, 2024).

Foi possível evidenciar que, embora haja avanços significativos na promoção da sociobioeconomia e na valorização das comunidades locais, ainda persiste um déficit de investimento. Para que o desenvolvimento sustentável da Amazônia seja efetivo, é fundamental ampliar os recursos financeiros destinados à pesquisa, à capacitação e à implementação de iniciativas sustentáveis.

Diante dos avanços e desafios expostos, fica evidente que os fundos de apoio às comunidades tradicionais da Amazônia desempenham um papel essencial na promoção da sociobioeconomia, na geração de renda e na conservação ambiental. Os investimentos realizados até o momento demonstram impactos concretos, beneficiando milhares de famílias e fortalecendo práticas sustentáveis, como a agroecologia e o extrativismo responsável. No entanto, apesar dos recursos já mobilizados, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir que essas iniciativas alcancem sua plena potencialidade.





A ampliação dos investimentos, especialmente por meio dos fundos comunitários, se mostra como um caminho promissor, pois fortalece a autonomia das comunidades e respeita seus modos de vida e governança. Esses fundos não apenas financiam projetos, mas também representam um instrumento de resistência e empoderamento, garantindo que as populações tradicionais possam liderar suas próprias estratégias de desenvolvimento sustentável. Neste contexto, mostra-se também fundamental a contínua capacitação das comunidades, cooperativas e associações em gestão administrativa e financeira, passo fundamental para aumentar a credibilidade e o acesso aos fundos de investimento e gradativamente diminuir a dependência de interlocução por recursos.

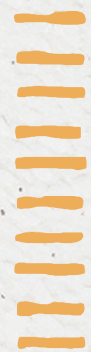
Assim, para que a Amazônia continue sendo um território de vida e diversidade, é imprescindível que governos, organizações e a sociedade civil reforcem o compromisso com o financiamento de ações estruturantes. Somente por

meio de um investimento contínuo e alinhado às realidades locais será possível garantir um futuro sustentável para os povos da floresta, assegurando que suas tradições e saberes sigam vivos e contribuindo para a preservação da Amazônia como um todo.

4.4. FINANCIAMENTOS DA INOVAÇÃO INTERSABERES

Por meio da análise do quadro 2, ficou evidente a ausência de fundos que financiem inovação de forma a unir a ciência acadêmica e os povos tradicionais, interação essa que amplia os horizontes e traz benefícios para todos os envolvidos.

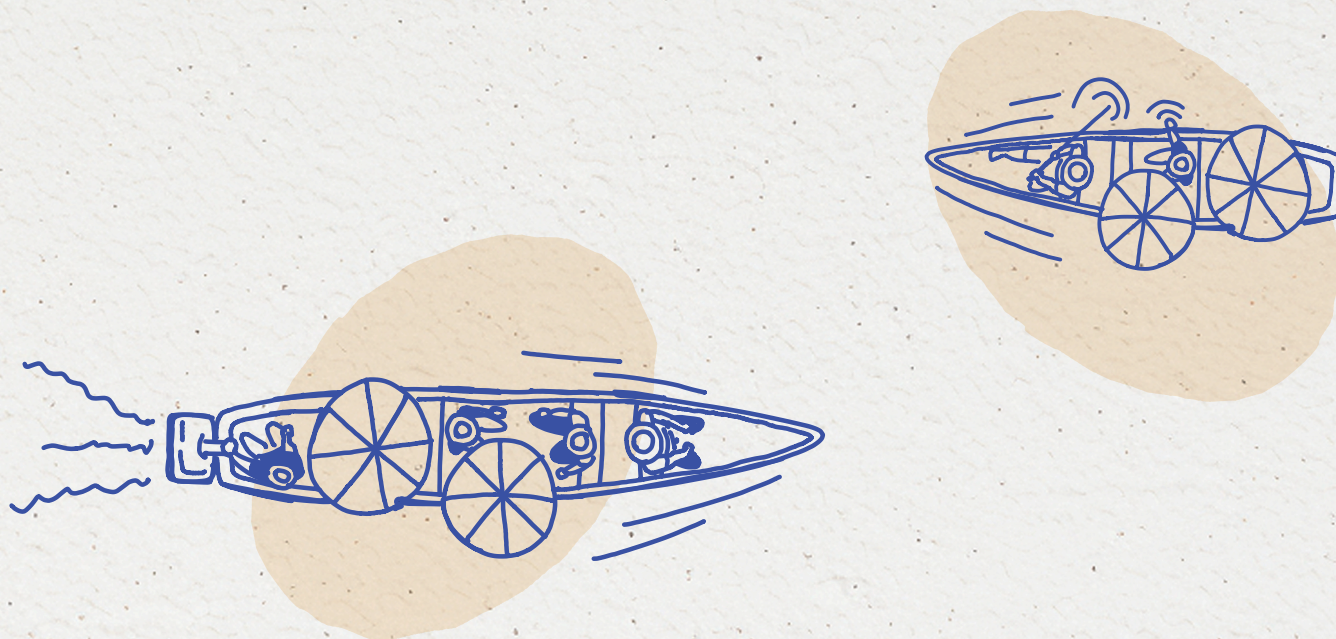
É necessário desenvolver mecanismos que valorizem o financiamento de pesquisas integradas na Amazônia, produzindo debates transversais e unindo os conhecimentos científicos e ancestrais. Esse é um “gargalo” que necessita ser solucionado com urgência para verdadeiramente impulsionar o desenvolvimento sustentável na região.



4.5. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Realizar pesquisa na região amazônica é realmente um grande desafio, visto o amplo território da região e consequentemente a complexidade no acesso. Estes são entretanto desafios que podem ser superados com investimentos em Ciência, Inovação e Tecnologia.

É importante destacar que essa análise não quer desvalorizar as fontes de financiamento existentes, fontes essas que são fundamentais para o atual cenário existente de pesquisa, capacitação e sustentabilidade na Amazônia. Porém, essa síntese mostra como a região amazônica e os povos tradicionais viventes nela são negligenciados no que diz respeito aos investimentos em projetos, quando comparados com o restante do Brasil. A seguir, o texto traz recomendações de como essas lacunas podem ser solucionadas ou melhoradas.



The background is a light beige textured surface. In the top left, there is a row of vertical blue lines and a trail of blue footprints leading towards the center. In the top right, there is a large orange semi-circle with several blue paw prints. In the bottom left, there is a large blue abstract shape and a large tan abstract shape, with a trail of blue 'X' marks leading from the tan shape towards the center. In the bottom right, there is a row of vertical orange lines.

5. Recomendações para ICTs, empresas e comunidades

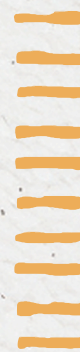
Com base nas entrevistas e pesquisas bibliográficas realizadas, constatou-se a necessidade de aprimorar e adaptar os mecanismos de financiamento existentes, bem como criar novas alternativas que atendam à realidade dos povos amazônicos, especialmente no que diz respeito à sociobioeconomia. Dessa forma, recomendam-se algumas possíveis evoluções:

5.1. INSTITUIÇÕES DE FINANCIAMENTO NÃO-REEMBOLSÁVEIS

- Aumentar os investimentos em pesquisa na Amazônia, proporcionalizando a descentralização dos recursos e redução das assimetrias nos investimentos entre as diferentes regiões brasileiras;
- Ampliar a disponibilização de recursos suficientes por projeto, para a realização da pesquisa, tendo em vista a logística e grandes distâncias a serem percorridas para acessar as comunidades tradicionais. É necessário que os editais tenham métricas diferenciadas e valorizem o olhar regional, levando-se em consideração, na avaliação, as demandas locais;
- Possibilitar a continuidade dos projetos, garantindo uma visão mais programática e de longo prazo no território, que permita que as atividades não apenas se encaixem nas necessidades imediatas, mas também possam ser susten-

tadas ao longo do tempo. Para tanto, é essencial respeitar o ritmo e a realidade da comunidade, permitindo que seus membros possam aprender, assimilar e se apropriar das técnicas e conhecimentos necessários;

- Exigir que os projetos tenham pesquisadores Amazônidas. Por mais que o MCTI oriente que as pesquisas realizadas na Amazônia tenham a participação de instituições e pesquisadores da região, nem sempre os editais seguem essa orientação, existindo projetos em andamento sem a colaboração de cientistas e centros de pesquisa locais, não gerando um necessário intercâmbio intersaberes - nem mesmo entre os pesquisadores - e nem com a população local;
- Aprimorar incentivos para formação, fixação e manutenção de pesquisadores da região. Muitos pesquisadores da região amazônica vão embora por falta de oportunidades e incentivos à pesquisa. É fundamental a criação de estratégias para manter essa mão de obra qualificada na região - não somente nas grandes capitais, mas também no interior e nos estados menores. Fomentar e financiar nas cidades e comunidades ambientes de CT&I intersaberes, a formação de pessoas para que a identidade ao território e políticas de permanência garantam que a população local veja perspectivas para desenvolver pesquisa, ciências, inovação e empreendedorismo;



- Exigir a participação de membros das comunidades como agentes pesquisadores e permitir que esses representantes comunitários possam ser coordenadores dos projetos. Os editais atuais raramente exigem a participação de membros das comunidades tradicionais. Alguns até consideram uma pontuação extra aos projetos que possuem membros de comunidades, porém a maioria não o considera requisito obrigatório. Também é importante que representantes comunitários com formação compatível com os editais possam ser coordenadores dos projetos e tenham a possibilidade de submeterem propostas, atuando como gestores do recurso, sendo assim necessário que as instituições de fomento desenvolvam estratégias para isso ocorrer;
- Valorizar e garantir o diálogo de saberes entre a academia e os povos indígenas, ribeirinhos/agroextrativistas e quilombolas nos projetos apoiados. Indica-se que os projetos descrevam na estrutura metodológica de que forma os autores pretendem conduzir o diálogo e o processo de acesso e união de saberes, inclusive, como por exemplo, a participação de membros das comunidades como agentes pesquisadores descrita no tópico anterior. Além disso, fortalecer que o diálogo entre pesquisadores da academia e pessoas da comunidade não ocorra de forma unilateral,

mas tenha participação efetiva e direta da comunidade, considerando os processos e protocolos exigidos por leis mas também aspectos de participação e execução das pesquisas, autoria e propriedade intelectual;

- Garantir que os povos indígenas, ribeirinhos/agroextrativistas e quilombolas sejam beneficiados pelas pesquisas desenvolvidas em seus territórios, financiando projetos que tenham a solução para problemas das comunidades e não apenas o levantamento destes;
- Criação da Bolsa de Saberes Ancestrais, para valorização de membros de projetos de pesquisa que não possuam formação acadêmica, porém são detentores de conhecimentos tradicionais. Existem bolsas para alunos de Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado e para Pesquisadores. Em contraste, não existem bolsas para membros de comunidades tradicionais sem formação acadêmica, mesmo aqueles envolvidos nos projetos como detentores de conhecimentos valiosos utilizados como base para a realização de diversas pesquisas. Muitas vezes, os pesquisadores pagam do próprio bolso para pessoas da comunidade participarem das pesquisas. É indispensável a valorização deste conhecimento.



5.2. INSTITUIÇÕES DE FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEIS

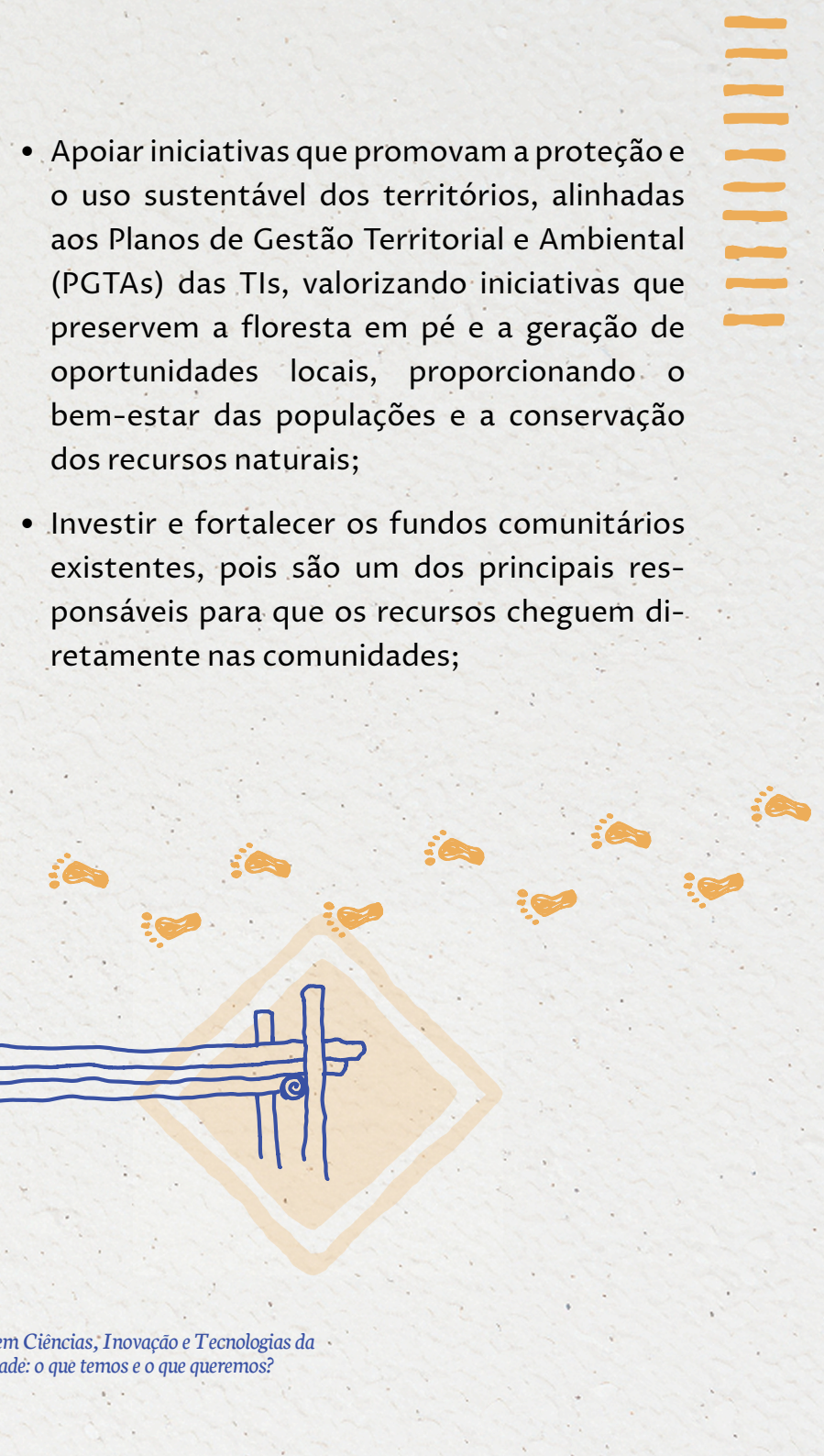
- Desenvolver estratégias para incentivar o desenvolvimento e a fixação de negócios em bioeconomia na região, promovendo a expansão e a qualificação de ambientes de inovação;
- Promover difusão tecnológica para empreendedores individuais, micro e pequenas empresas, cooperativas e associações, apresentando linhas de crédito e taxas de juros diferenciadas para os projetos de sociobioeconomia dos povos e comunidades tradicionais;
- Disponibilizar empréstimos e financiamentos bancários para cooperativas e associações de base comunitária que ainda não possuem acordos de posse, mas que comprovem o direito de utilizar as áreas. Isso irá aumentar a produção local, possibilitando autonomia financeira com maior geração de emprego e renda para o município e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida;
- Apoiar as cooperativas e associações para regularizarem suas documentações, proporcio-

nando por parte dos bancos e governo financiamento em longo prazo das dívidas, tornando assim as comunidades adimplentes para adquirir novos recursos para investimentos na sociobioeconomia;

5.3. RECOMENDAÇÕES PARA AMBAS AS INSTITUIÇÕES DE FINANCIAMENTO

- Consultar os povos indígenas, ribeirinhos/agroextrativistas, quilombolas e representantes das universidades e centros de pesquisa e observar os protocolos comunitários existentes, antes da elaboração e publicação dos editais. Desta forma, aumentar a assertividade de que o recurso seja aplicado realmente em áreas prioritárias.
- Dar foco nas áreas prioritárias descritas no tópico “2.1. Encontro Ciclo do conhecimento”, elaborado com a participação de representantes da academia, povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades extrativistas e comunidades ribeirinhas do Círculo do Conhecimento da Iniciativa Saberes Sociobio;



- 
- Incentivar os povos e comunidades tradicionais a produzirem produtos da sociobioeconomia com selo ou certificação que indique que o produto é feito de maneira sustentável e que valoriza os conhecimentos tradicionais e culturais, para que tais produtos sejam comercializados de maneira justa, gerando mais valor, geração de renda e valorização das populações tradicionais;
 - Garantir que as políticas públicas existentes para a sociobioeconomia na Amazônia sejam respeitadas nos projetos financiados;
 - Investir em tecnologias sociais que integrem conhecimentos tradicionais e científicos, promovendo a competitividade econômica, social e ambiental, valorizando a biodiversidade local;
 - Apoiar iniciativas que promovam a proteção e o uso sustentável dos territórios, alinhadas aos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) das TIs, valorizando iniciativas que preservem a floresta em pé e a geração de oportunidades locais, proporcionando o bem-estar das populações e a conservação dos recursos naturais;
 - Investir e fortalecer os fundos comunitários existentes, pois são um dos principais responsáveis para que os recursos cheguem diretamente nas comunidades;
- 



6. Proposta de ação e Semente de futuro





A partir das análises e imersão realizada pelo trabalho em grupo, entrevistas e pesquisa bibliográfica, observa-se a importância de aumentar a participação de sistemas de financiamento que possam mais diretamente unir Academia e PIQCTs na promoção e aceleração da sociobioeconomia, com novas formas transdisciplinares de geração de inovação. A partir destes levantamentos os coautores deste Caderno, propõe criar um sistema de financiamento que promova a aproximação entre academia, povos indígenas, ribeirinhos/agroextrativistas e quilombolas, desenvolvendo soluções e inovações nas áreas prioritárias descritas no tópico “2.1. Encontro Ciclo do conhecimento”.

Nome: Fundo de Saberes Ancestrais (FUSA).

O que é o FUSA?

É a proposta de uma iniciativa privada sem fins lucrativos cuja finalidade é captar e gerir recursos, articulando alianças para investimentos em ações de desenvolvimento científico e inovação tecnológica da sociobioeconomia amazônica, com foco na participação, valorização e fortalecimento dos conhecimentos tradicionais e o

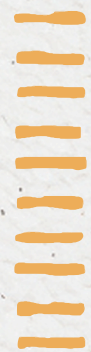
diálogo de saberes, proporcionando assim, que os recursos cheguem até a ponta.

Objetivo:

Financiar projetos da sociobioeconomia que contemplem diálogo entre saberes, superando a desconexão histórica entre os saberes tradicionais das comunidades da Amazônia Legal e a ciência acadêmica, promovendo a integração colaborativa entre esses distintos sistemas de conhecimento.

O fundo visa garantir que as comunidades tradicionais, como povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e agroextrativistas, tenham protagonismo nas decisões sobre seu desenvolvimento, respeitando seus saberes, práticas e modos de vida, ao mesmo tempo em que fomenta inovações tecnológicas e soluções sustentáveis.

A proposta busca também fortalecer e gerar alternativas econômicas sustentáveis e inclusivas, com renda digna e acesso a mercados justos, além de garantir a participação equitativa de mulheres e jovens nos processos decisórios e na construção de novas lideranças.

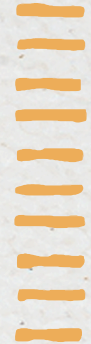




Essencialmente, o FUSA propõe um modelo de gestão participativa e inclusiva que visa fortalecer a autonomia das comunidades na definição de suas prioridades de desenvolvimento, missões com busca de soluções construídas em colaboração equitativa e com foco na preservação dos saberes ancestrais, no respeito à propriedade intelectual coletiva e na promoção de inovações tecnológicas fundamentadas nesses conhecimentos.

O que o FUSA pretende resolver?

Um dos principais desafios enfrentados pelas comunidades tradicionais da Amazônia Legal é a baixa integração entre os saberes tradicionais e a ciência acadêmica. Existe um distanciamento histórico entre o conhecimento ancestral acumulado e transmitido pelas populações indígenas, ribeirinhas, quilombolas e agroextrativistas, e a pesquisa científica desenvolvida nas instituições acadêmicas. Com frequência, a ciência formal não reconhece nem valoriza a importância dos saberes tradicionais, o que resulta em projetos e iniciativas conduzidos sem a participação ativa ou o devido reconhecimento dessas comunidades.



Além disso, as comunidades tradicionais, em muitos casos, são tratadas como beneficiárias passivas de programas e políticas públicas elaboradas por agentes externos. Essas ações, comumente concebidas “de fora para dentro”, não consideram os processos de decisão coletiva nem as prioridades estabelecidas pelas próprias comunidades. Isso compromete a autonomia dos povos na definição dos seus próprios caminhos de desenvolvimento.

Outro problema estrutural enfrentado por essas populações é a vulnerabilidade econômica e social. Muitas comunidades dependem de cadeias extrativistas frágeis e são frequentemente pressionadas por atividades predatórias, como o desmatamento ilegal, a mineração clandestina, o garimpo ilegal e a expansão do agronegócio insustentável. A falta de alternativas econômicas sustentáveis compromete a qualidade de vida dessas populações e ameaça seus territórios, atraindo jovens, em alguns casos, para formas ilícitas de trabalho.





A ausência de incentivo à inovação tecnológica a partir dos conhecimentos tradicionais é outro obstáculo relevante. A produção científica e tecnológica convencional raramente considera o potencial dos saberes ancestrais para o desenvolvimento de soluções inovadoras nas áreas da saúde, agricultura, manejo florestal e conservação da biodiversidade.

Por fim, destaca-se a exclusão histórica de mulheres e jovens dos processos decisórios que envolvem o acesso a recursos e a definição de estratégias de desenvolvimento. Embora desempenhem um papel fundamental no fortalecimento dos saberes e na continuidade das práticas culturais, suas vozes continuam sendo pouco ouvidas nos espaços de decisão.

O FUSA propõe superar essa lacuna ao promover financiamento para inovações que promovam um diálogo horizontal entre os diferen-

tes sistemas de conhecimento. A iniciativa se propõe a apoiar projetos de pesquisa e inovação desenvolvidos de forma colaborativa, assegurando o protagonismo das comunidades tradicionais e o respeito às suas práticas e modos de vida, estabelecendo-se como um fundo de financiamento gerido de maneira participativa e inclusiva, no qual representantes dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, agroextrativistas e da academia tenham voz ativa nas decisões estratégicas. São essas lideranças que podem compor um sistema de governança inovador que participaria da definição das áreas prioritárias de investimento, elaboraria os editais e participaria da seleção dos projetos contemplados.

Além disso, o FUSA asseguraria a paridade de gênero e a participação da juventude em seus processos de governança, fortalecendo a equidade e estimulando o surgimento de novas lideranças nas comunidades tradicionais.





Abrangência: Amazônia Legal.

Público Alvo:

Centros de pesquisa, povos indígenas, quilombolas e afrodescendentes, ribeirinhos, extrativistas e outras comunidades tradicionais da Amazônia Brasileira.

Representatividade:

Para o investimento dos recursos, serão ouvidos representantes do público-alvo e, a partir de então, serão definidas as áreas prioritárias para aplicação do recurso. Este será disponibilizado por meio de editais com a área em que serão abordados. Essa representatividade também garante a paridade de gênero e a inclusão da juventude.

Origem dos recursos:

Instituições públicas e privadas, organizações internacionais, acordos bilaterais e multilaterais, outras organizações, pessoas físicas e outros que surgirem.

Gestão dos recursos:

Para a gestão dos recursos, serão estabelecidas parcerias com organizações gestoras com histórico na promoção de acesso por populações e comunidades locais amazônicas. Ao longo do tempo, o aprendizado adquirido poderá favorecer a evolução do modelo.

Propõe-se a criação de projeto para prototipar a criação do FUSA, como andamento e segunda etapa da iniciativa Saberes Sociobio.



7. Referências bibliográficas



AGÊNCIA GOV. **Como o uso indiscriminado do conceito de bioeconomia pode prejudicar a Amazônia.** Disponível em <<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/falta-declareza-do-conceito-de-bioeconomia-pode-ser-prejudicial-a-amazonia#:~:text=%E2%80%9CO%20conceito%20de%20sociobioeconomia%20pode,ambiente%E2%80%9D%2C%20aponta%20o%20artigo.>>, acesso em em 16/07/2024.

ALMEIDA, J. F. **Mineração e sustentabilidade socioambiental.** São Paulo: Editora Atlas, 2021.

AMAZÔNIA+10. **Iniciativa Amazônia + 10.** Disponível em <<https://www.amazoniamaisdez.org.br/iniciativa>>, acesso em 15/10/2024.

APIB. **Fundo Jaguaratá é lançado durante a semana climática em Nova York.** Instagram: @apiboficial, 23 set. 2024. Disponível em <https://www.instagram.com/p/DAR294XvC1c/?img_index=1>, acesso em 25/09/2024.

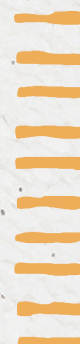
BNDS. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Fundo Amazônia.** Disponível em <<https://www.fundoamazonia.gov.br>>, acesso em 17/02/2025.

BANIWA, A.; BREYER, F.; VILLA NOVA, L.; MARINELLO, L. R.; ATHAYDE, S.; SURUÍ DIAS, C.; MIRANDA, D. N. S.; MENEGUETTI, D. U. O.; COSTA, E. S.; SOUZA, E. M.; ALBUQUERQUE, J. M.; CARMO, J. S.; ROSÁRIO, L. T. R.; CHAVES, M. P. S. R.; SOUZA, M. S.; ALMEIDA, R. H. C. Saberes confluentes em novas visões de mundo. **Stanford Social Innovation Review Brasil**, n.3 (Edição Especial), p.42-49, 2024.

BARBOSA, M. O.; RIVAS, A. A. F.; OLIVEIRA, L. A.; BUENAFUENTE, S. M. F. Bioeconomia: Um novo caminho para a sustentabilidade na Amazônia?. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, e41101018545, 2021.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Entrevista: Gersem José dos Santos Luciano – Gersem Baniwa. **Revista História Hoje**, v.1, n.2, p.127-148, 2012.

BIAGINI, E. **Investimentos para fortalecer ciência e tecnologia chegam a R\$ 26,3 bilhões em dois anos.** Disponível em <<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202412/investimentos-para-fortalecer-ciencia-e-tecnologia-chegam-a-r-26-3-bilhoes-em-dois-anos#:~:text=Para%20articular%20iniciativas%20locais%20e,R%24%203%2C4%20bilh%C3%B5es.>>, acesso em 18/12/2024.



BRANDÃO, C. R. **Saberes e fazeres tradicionais: memória, identidade e resistência.** São Paulo: Editora Vozes, 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015.** Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13123.htm> acesso em 20/05/2015.

BRASIL-MMA. **Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Declarações Brasil-França na área ambiental.** Disponível em <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/declaracoes-brasil-franca-na-area-ambiental>>, acesso em 20/09/2024 (2024b).

BRASIL-MMA. **Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Lula e Macron anunciam programa de R\$ 5,4 bi para bioeconomia na Amazônia.** Disponível em <<https://www.gov.br/mma/pt-br/lula-e-macron-anunciam-investimentos-de-r-5-4-bi-em-bioeconomia-na-amazonia>>, acesso em 20/09/2024 (2024a).

BRASIL-MPI. **Ministério dos Povos Indígenas: Editais.** Disponível em <<https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/editais>>, acesso em 26/10/2024.

BUCHNER, B.; NARAN, B.; PADMANABHI, R.; STOUT, S.; STRINATI, C.; WIGNARAJAH, D.; et al. Global Landscape of Climate Finance 2023. **Climate Policy Initiative**, p.1-53, 2023.

CARDIAL, I. **Fundo de biodiversidade chega a R\$ 85 milhões investidos na Amazônia.** Disponível em <<https://capitalreset.uol.com.br/financas/investimentos/fundo-de-biodiversidade-chega-a-r-85-milhoes-investidos-na-amazonia/#:~:text=O%20ABF%20come%C3%A7ou%20a%20ser,gestora%20parisiense%20de%20impacto%20Mirova>>, acesso em 20/06/2024.

CARDOZO, I. B. **Iway e Metare: a marca do território Paiter Surui.** Dissertação de Mestrado em Geografia apresentada à Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, 2012.

CHIAVARI, J.; MOTTA, M.; LOPES, C. L.; CORLETO, A. F. Financiamento para a Bioeconomia no Brasil: Fontes e Destinação dos Recursos. **Climate Policy Initiative**, p.1-11, 2024.

CIR. Fundo Indígena Rutî. **Conselho Indígena de Roraima.** Disponível em <<https://cir.org.br/site/fundo-ruti/>>, acesso em 25/10/2024.

CNBB. Campanha da Fraternidade. **Fundo Nacional de Solidariedade.** Disponível em <<https://fns.cnbb.org.br/fundo/informativo/index>>, acesso em 22/10/2024.



COLL, L. **Pesquisadores indígenas pautam o reconhecimento e a necessidade dos seus saberes na academia.** Disponível em <<https://unicamp.br/unicamp/noticias/2021/07/26/pesquisadores-indigenas-pautam-o-reconhecimento-e-necessidade-dos-seus-saberes/>>, acesso em 29/07/2021.

CNPQ. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Programa Pró-Amazônia.** Disponível em <<https://www.gov.br/cnpq>>, acesso em 17/02/2025.

COOPER, T. Strategic Risks and Opportunities for First Nations Financial Institutions: Findings from a Market Demand Study. **Aboriginal Policy Research Volume X Setting the Agenda for Change**, v.10, p.197-214, 2010.

COSTA, F.A.R.; CORRÊA, L.P.; BARBOSA, H.D.A. Pesquisadores sociais e povos e comunidades tradicionais: a comunicação como possibilidade de resistência e insurgência na Amazônia. **Conexões**, v.8, n.1, p.111-131, 2020.

DE ALMEIDA, M. C. **Mineração e Deslocamento Dos Ribeirinhos No Rio Capim: Resignação, Resistência e Repertório de Luta.** 1.ed. Belém-PA: Dalcídio Jurandir, 2022

DUDZIAK, E.A. **Quem financia a pesquisa brasileira? Um estudo InCites sobre o Brasil e a USP.** Disponível em <<https://www.abcd.usp.br/noticias/quem-financia-a-pesquisa-brasileira-um-estudo-incites-sobre-o-brasil-e-a-usp/>>, acesso em 10/02/2025.

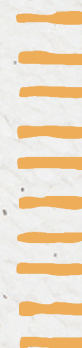
FAPESP. **Chamada de Propostas Expedições Científicas – Iniciativa Amazônia +10.** Disponível em <<https://fapesp.br/files/upload/16621/expedicoes110324.pdf>>, acesso em 31/12/2023.

FAPESP. **Propostas selecionadas na 1ª chamada da Iniciativa Amazônia +10.** Disponível em <<https://fapesp.br/15774/propostas-selecionadas-na-1a-chamada-da-iniciativa-amazonia-10>>, acesso em 16/11/2022.

FBB. **Fundo solidário custeia infraestrutura em comunidade do Pará.** Disponível em <<https://gife.org.br/fundo-solidario-custeia-infraestrutura-em-comunidade-do-para/>>, acesso em 20/09/2024.

FERREIRA, JOICE.; COUDEL, EMILIE.; ABRAMOVAY, RICARDO.; BARLOW, JOS.; GARRETT, RACHAEL.; LEES, ALEXANDER, C. Marie-Gabrielle Piketty, Roberto Porro , Ima Vieira , Kieran Withey. A lack of clarity on the bioeconomy concept might be harmful for Amazonian ecosystems and its people. **Ecological Economics**, v.224, p. 108299, 2024.

FINEP. **Finep, CDESS e MDIC se unem para construção de um plano de investimento em pesquisa e inovação na Amazônia.** Disponível em <<http://www.finep.gov.br/noticias/todas-noticias/6842-finep-cdess-e-mdic-se-unem-para-construcao-de-um-plano-de-investimento-em-pesquisa-e-inovacao-na-amazonia>>, acesso em 04/09/2024b.



FINEP. Pacto para uma Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento da Amazônia. Disponível em <http://www.finep.gov.br/images/a-finep/5CNCTI/21_10_2024_Amazonia_Projeto.pdf>, acesso em 04/11/2024c.

FIRN. Fundo Indígena do Rio Negro: Quem somos. Disponível em <<https://firn.foirn.org.br/quem-somos/>>, acesso em 25/10/2024.

FLD. Fundação Luterana de Diaconia: Nossa História. Disponível em <<https://fld.com.br/nossa-historia/>>, acesso em 21/10/2024.

FUNBIO. Fundo Brasileiro para a Biodiversidade: Quem somos. Disponível em <<https://preprod-chamadas.funbio.org.br/quem-somos>>, acesso em 19/10/2024.

FUNDO AMAZÔNIA. Relatório de Resultados 2024. Disponível em <<https://www.fundoamazonia.gov.br>>, acesso em 17/02/2025.

FUNDO BRASIL. Fundo Brasil: Quem somos. Disponível em: <<https://www.fundobrasil.org.br/quem-somos/>>, Acesso em 18/10/2024.

FUNDO INDÍGENA RUTÎ. O fruto das comunidades indígenas. Conselho Indígena de Roraima. Disponível em <<https://cir.org.br/site/wp-content/uploads/2025/02/RUTI-PORTUGUES.pdf>>, acesso em 17/02/2025.

FUNDO LIRA. Edital 01/2025. Disponível em <<https://lira.ipe.org.br/edital-01-2025/>>, acesso em 14/05/2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal. Censo 2022. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal>>, acesso em 09/02/2025.

IMPACT BANK. Soluções financeiras que impulsionam ONGs e Negócios de impacto. Disponível em <<https://www.impactnotabank.com.br/b>>, acesso em 28/11/2024

INESC. Ampliar para preservar: Análise dos PGTA na retomada da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas no Brasil. INESC, 2023.

INFOAMAZONIA. InfoAmazonia analisou dados dos 17 anos de existência do fundo e verificou que apenas 4 projetos, dos 119 aprovados, foram propostos e geridos por associações indígenas. Disponível em <<https://infoamazonia.org/2025/01/31/apenas-3-do-fundo-amazonia-sao-destinados-a-organizacoes-indigenas/>>, acesso em 17/02/2025.

IPÊ. Área potencial de abrangência. Rede LIRA. Disponível em <<https://lira.ipe.org.br/area-potencial-de-abrangencia/>>, acesso em 17/10/2024.



IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA –. **Cadeias de comercialização de produtos florestais não madeireiros na região Sul do Amapá.** Relatório de Pesquisa. IPEA. Rio de Janeiro, 2015.

LENNON, S. **Falta de clareza sobre bioeconomia pode prejudicar à Amazônia.** Disponível em <https://www.agrolink.com.br/noticias/falta-de-clareza-do-conceito-de-bioeconomia-pode-ser-prejudicial-a-amazonia_493149.html>, acesso em 17/07/2024.

LIMA, A. F. **O impacto do Fundo Baobá nas comunidades negras no Brasil.** São Paulo: Editora Social, 2019.

LITTLE, P. E. Indigenous Peoples and Sustainable Development Subprojects in Brazilian Amazonia: The Challenges of Interculturality. **Law & Policy**, v.27, n.3, p.450-471, 2005.

LUCIANO, G. J. S. **“Projeto é como branco trabalha; as lideranças que se virem para aprender e nos ensinar”: experiências dos povos indígenas do alto rio Negro.** 2006. 155f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2006a.

LUCIANO, G. J. S. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada,

Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006b.

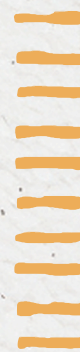
MACEDO, A. R. **Rádio Câmara: Especial Produção Científica 5 - Pesquisadores e conhecimento tradicional nem sempre têm relação tranquila (07’39”).** Disponível em <<https://www.camara.leg.br/radio/programas/288227-especial-producao-cientifica-5-pesquisadores-e-conhecimento-tradicional-nem-sempre-tem-relacao-tranquila-0739/>>, acesso em 13/08/2007.

MARDOCK, J. S. **Amazônia recebe menos investimento em pesquisas sobre biodiversidade do que outras regiões do País.** Disponível em <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/86495852/amazonia-recebe-menos-investimento-em-pesquisas-sobre-biodiversidade-do-que-outras-regioes-do-pais>>, acesso em 23/01/2024.

MARX, K. **O Capital: Crítica Da Economia Política: Livro I: O processo de produção do capital.** 1.ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

NOGUEIRA, M.; FLEISCHER, S. Entre tradição e modernidade: potenciais e contradições da cadeia produtiva agroextrativista do Cerrado. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.13, n.1, p.125-157, 2005.

NWOSU, C. K. **Igwebuike: The Power of Community in Igbo Society.** Lagos: Academic Press Nigeria, 2018.



OKEKE, A. **Collaborative Economy and Poverty Reduction in Africa**. Enugu: Nigerian Economic Studies Institute, 2019.

PODÁALI. **Mecanismo de apoio aos povos, comunidades e organizações indígenas**. Fundo Podáali, s.d. Disponível em <<https://fundopodaali.org.br/sobre/>>. Acesso em 24/10/2024.

PONTO DE INFLEXÃO. Global Landscapes Forum (GLF). **Fundos Comunitários na Amazônia brasileira: novos instrumentos para a defesa dos direitos e combate às mudanças climáticas**. GLF, 21-23 set. 2021.

RENSHAW, J. **Social Investment Funds and Indigenous Peoples**. Disponível em <<https://publications.iadb.org/en/social-investment-funds-and-indigenous-peoples>>, acesso em 23/10/2024.

RODRIGUES, C. **Criação e Desenvolvimento de Fundos Comunitários: Passo a Passo**. Associação Nossa Cidade, 2023. Disponível em <<https://redecomua.org.br/wp-content/uploads/2023/10/eBook-Criacao-Fundos-Comunitarios.pdf>>, acesso em: 10/09/2024.

RODRIGUES, I. **Saberes ancestrais e resistência indígena nos contextos urbanos**. Disponível em <<https://observatoriodefavelas.org.br/saberes-ancestrais-e-resistencia-indigena-nos-contextos-urbanos/>>, acesso em 02/05/2024.

RODRIGUES, I. **Saberes ancestrais e resistência indígena nos contextos urbanos**. Disponível em <<https://observatoriodefavelas.org.br/saberes-ancestrais-e-resistencia-indigena-nos-contextos-urbanos/>>, acesso em 02/05/2024.

RODRIGUES, M. Bioeconomia é a nova fronteira para o futuro da América Latina. **Ciência e Cultura**, v.70, n.4, p.21-22, 2018.

ROSÁRIO, Lúcia Tereza Ribeiro do. **Agroextrativismo e impactos da valorização do açaí (Euterpe Oleracea Mart.) em famílias do estuário amazônico**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Amapá. Mestrado em Desenvolvimento Regional, UNIFAP, 2022.

SANTOS, M. R. **Bioeconomia e desenvolvimento sustentável no Brasil**. Brasília: Editora da UnB, 2020.

SANTOS, M. R.; ALMEIDA, J. F. **Bioeconomia e comunidades tradicionais: saberes integrados para a sustentabilidade**. São Paulo: Editora Atlas, 2022.

SECOM. **BNDES destina mais R\$ 113,7 milhões do Fundo Amazônia para apoio a povos indígenas**. Disponível em <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/04/bndes-destina-mais-r-113-7-milhoes-do-fundo-amazonia-para-apoio-a-povos-indigenas?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em 17/02/2025.



SETUR - Superintendência Estadual de Turismo.
Etnoturismo é fomentado pela Setur como estratégia de valorização da cultura indígena. Disponível em: <<https://rondonia.ro.gov.br/etnoturismo-e-fomentado-pela-setur-como-estrategia-evalorizacao-da-cultura-indigena/>>, acesso em 06/09/2024.

SILVA, P. T. B.; ARAÚJO, M. I. O. Diálogos sobre interculturalidade, conhecimento científico e conhecimentos tradicionais na educação escolar indígena. **Práxis Educacional**, v.11, n.18 p.153-176, 2015.

SILVA, P. T. B.; ARAÚJO, M. I. O. Diálogos sobre interculturalidade, conhecimento científico e conhecimentos tradicionais na educação escolar indígena. **Práxis Educacional**, v.11, n.18 p.153-176, 2015.

SILVA, T. P. O impacto do neocolonialismo verde na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.

SOUSA, K. A.; SANTOYO, A. H.; ROCHA JUNIOR, W. F.; MATOS, M. R.; SILVA, A. C. Bioeconomia na Amazônia: uma análise dos segmentos de fitoterápicos & fitocosméticos, sob a perspectiva da inovação. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v.5, n.3, p. 151-171, 2026.

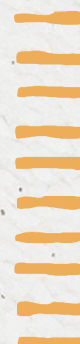
SOUZA, A. M.; RIBEIRO, F. L. **A união entre saberes no desenvolvimento de soluções sustentáveis.** Brasília: Editora UnB, 2021.

SOUZA, G. T. **A conexão entre a academia e as comunidades quilombolas: Desafios e perspectivas.** Brasília: Editora Nacional, 2020.

STEGMANN, L. F.; FRANÇA, F. M.; CARVALHO, R. L.; BARLOW, J.; BERENGUER.; CASTELLO L.; et al. Brazilian public funding for biodiversity research in the Amazon. **Perspectives in Ecology and Conservation**, v.22, p.1-7, 2024.

SUFRAMA. **Superintendência da Zona Franca de Manaus: Resolução CAPDA/ME nº 30, de 14 de setembro de 2022.** Disponível em <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-capda/me-n-30-de-14-de-setembro-de-2022-429349373>>, acesso em 30/09/2022.

SUFRAMA. **Superintendência da Zona Franca de Manaus: Resolução nº 2, de 31 de março de 2020.** Disponível em <<https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/pdi/resources/legado/resolucao-no-2-de-31-de-marco-de-2020-arco-de-2020-dou-imprensa-nacional.pdf>>, acesso em 01/04/2020.



SURUI, C.; et al. O protagonismo Paiter Suruí no cenário educacional indígena: elementos para um diálogo possível de interculturalidade. **Polis (Santiago)**, v.13, n.38, p.243-267, 2014.

VALOR. **A importância das universidades e dos institutos de pesquisa para o desenvolvimento de produtos sustentáveis.** Disponível em <<https://valor.globo.com/patrocinado/projeto-especial-esg/noticia/2021/07/26/a-importancia-das-universidades-e-dos-institutos-de-pesquisa-para-o-desenvolvimento-de-produtos-sustentaveis.ghtml>>, acesso em 24/10/2024.

YOSHIE, P. **Amazônia recebe menos investimentos em biodiversidade do que outras regiões do País.** Disponível em <<https://envolverde.com.br/politica-publica/ambiente/amazonia-recebe-menos-investimentos-em-pesquisas-sobre-biodiversidade-do-que-outras-regioes-do-pais/>>, acesso em 25/01/2024.

FINEP. **Chamada Finep Amazônia - Bioeconomia e Desenvolvimento Regional.** Disponível em <<http://www.finep.gov.br/chamadas-publicas/chamadapublica/738>>, acesso em 08/07/2024a.





COLETÂNEA



CADERNO 1: Financiamento em Ciências, Inovação e Tecnologias da
Sociobiodiversidade: o que temos e o que queremos?

ISBN: 978-65-80261-53-6 | DOI: 10.35170/ss.ed.9786580261536

Ano: 2025

saberessociobio.com

ISBN: 978-65-80261-53-6

CDL



9 786580 261536